

**Conflito no Iémen:
A Expansão do Controlo dos *Houthis* e as
Repercussões Geopolíticas para o Médio
Oriente.
As Relações entre a Arábia Saudita e o Irão
(2015-2021).**

Pedro Miguel Nunes Pinto, nº 229776

Orientadora: Prof^a Catedrática Teresa de Almeida e Silva

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Lisboa
2022

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Conflito no Iémen: A Expansão do Controlo dos *Houthis* e as Repercussões Geopolíticas para o Médio Oriente. As Relações entre a Arábia Saudita e o Irão (2015-2021).

Pedro Miguel Nunes Pinto

Orientadora: Prof^a Catedrática Teresa de Almeida e Silva

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Júri:

Presidente:

- Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Teresa Manuela Rebelo Fernandes de Almeida e Silva, Professora Catedrática do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

- Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutor João Manuel Nunes Henriques, Investigador Associado do Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa.

Lisboa
2022

Agradecimentos

Ao longo do primeiro ano curricular do Mestrado, fui descobrindo um especial interesse na área dos Estudos Islâmicos e nos conflitos do Médio Oriente. À medida que fui lendo sobre a realidade política e social do Iémen e compreendendo um conflito tão complexo e duradouro, apercebi-me de que este deveria ser o tópico sobre o qual deveria investigar no âmbito do presente Trabalho Final de Mestrado. Apesar de todos os desafios que a redação da Dissertação impôs, esta foi uma experiência gratificante, tendo os dois anos de Mestrado me conferido valores de perseverança e resiliência, a par de um profundo desenvolvimento de competências e consolidação de conhecimentos e sentido crítico na análise da conjuntura internacional.

Primeiramente, agradeço de coração cheio aos meus pais pela possibilidade que me conceberam em prosseguir os estudos académicos ao nível do Mestrado, assim como por todos os ensinamentos e aconselhamentos e por acreditarem sempre nas minhas capacidades académicas e profissionais.

Dedico este trabalho à memória dos avós Ramiro, Joaquim e Rosa, que em muito contribuíram para eu alcançar esta etapa.

Às amigadas que formei no ISCSP, em especial a Leonor, a Ana, a Anita, o Diogo e a Binglin, e ao Francisco, que acompanhou o meu percurso académico desde o início da Licenciatura, por todas as aprendizagens conjuntas e por me terem ouvido e incentivado nos momentos mais desafiantes da elaboração da Dissertação, tendo sempre acreditado que haveria de concluir com sucesso este ciclo.

Às minhas queridas amigas Mariana e Raquel, pelo constante apoio e interesse demonstrado nesta Dissertação, que me serviram como incentivo.

Deixo um especial e o mais importante agradecimento à minha orientadora, Professora Teresa de Almeida e Silva, com quem muito aprendi e cujo empenho e profissionalismo me inspiram e levo como referência. Sem todos os seus conselhos, esta Dissertação não seria possível, ou não teria o mesmo rigor. De igual modo, considero essencial gratificar o ISCSP, enquanto célebre instituição de ensino, reconhecendo a excelência e dedicação de todo o corpo docente da unidade de Relações Internacionais.

Abstract

The conflict in Yemen, started in 2015, is a result of the accumulation of power by the *Houthi* group, a non-state actor which demands a broader political participation in the internal order of the country, as well as a recognition over the rights of the *zaydi* religious community, thus opposing to the central government. This domestic conflict became internationalized, due to the military intervention conducted by Saudi Arabia in coalition with other regional states, manifesting its intention on restoring the internationally recognized government of President Abd Rabu Mansur al-Hadi. Concurrently, logistical, military and financial assistance is provided to the *Houthis* by Iran. In that way, rivalry between the two major powers of the Middle East is reflected in this Failed State.

Keywords: Yemen; *Houthis*; Conflict; Saudi Arabia, Iran; Rivalry.

Resumo

O conflito no Iémen, iniciado em 2015, resulta do acúmulo de poder por parte do grupo *Houthi*, um ator não-estatal que reivindica uma maior participação política na ordem interna do país e o reconhecimento dos direitos da comunidade religiosa *zaydita*, opondo-se ao governo central. Este conflito doméstico que acabou por se tornar internacionalizado, em virtude da intervenção militar conduzida pela Arábia Saudita em coligação com outros Estados regionais, manifestando a intenção de restaurar o governo reconhecido internacionalmente do Presidente Abd Rabu Mansur al-Hadi. Concomitantemente, verifica-se a prestação de assistência logística, militar e financeira aos *Houthis* por parte do Irão. Deste modo, a rivalidade entre os dois grandes poderes do Médio Oriente reflete-se neste Estado Falhado.

Palavras-Chave: Iémen; *Houthis*; Conflito; Arábia Saudita, Irão; Rivalidade.

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Introdução..... | 1 |
| 2. Enquadramento Teórico e Conceptual..... | 3 |
| 3. Revisão da Literatura..... | 9 |
| 4. Enquadramento Metodológico..... | 13 |
| 5. O Grupo <i>Houthi</i> | 15 |
| 5.1. Um Ator Não-Estatal..... | 16 |
| 5.2. Ideologia e Composição do Grupo..... | 18 |
| 5.3. A Expansão de Influência e Escalada de Tensão com o Governo Central Iemenita..... | 21 |
| 6. A Geopolítica do Conflito e Dinâmicas de Equilíbrio de Poder..... | 25 |
| 6.1. O Envolvimento de Atores Externos no Conflito..... | 25 |
| 6.1.1. A Coligação Liderada pela Arábia Saudita..... | 26 |
| 6.1.2. O Irão..... | 28 |
| 6.1.3. O Sultanato de Omã..... | 28 |
| 6.1.4. Os Estados Unidos da América..... | 29 |
| 6.2. O Interesse da Arábia Saudita na Segurança do Iémen..... | 30 |
| 6.3. O Apoio do Irão Prestado aos <i>Houthis</i> | 34 |
| 7. A Rivalidade Iraniano-Saudita..... | 37 |
| 7.1. A Competição pela Hegemonia do Médio Oriente..... | 39 |
| 7.2. As Relações no Pós- Primavera Árabe..... | 40 |
| 7.3. Iémen: Uma Guerra por Procuração?..... | 41 |
| 8. Cenários Prospetivos..... | 44 |
| 8.1. Um Fim à Vista para uma Guerra Duradoura?..... | 44 |

| | |
|---|----|
| 8.2. A Inserção dos <i>Houthis</i> na Sociedade Iemenita numa Realidade Pós-conflitual..... | 47 |
| 8.3. A Ordem Regional e as Relações Bilaterais entre Riade e Teerão..... | 47 |
| 9. Conclusão..... | 50 |
| 10. Referências Bibliográficas..... | 54 |
| 11. Anexos..... | 63 |

1. Introdução

A presente investigação científica insere-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, cujo tema de análise versa sobre o conflito no Iémen, em curso desde 2015, desencadeado pelo gradual crescimento do movimento *Houthi* em oposição ao governo central do país, reconhecido internacionalmente. É imperativo ter presente que o regime iemenita sempre apresentou uma carência no que respeita à capacidade de impor a ordem e exercer o monopólio da violência, a par de um fraco desenvolvimento económico, propiciando-se uma fragmentação interna e a emergência de diversos grupos e atores não-estatais, resultando numa competição de acesso ao poder e a recursos (Clausen, 2019:491; Clausen, 2018:561).

Os *Houthis*, também autodenominados de *Ansar Allah* – cujo significado remete para “Ajudantes de Deus” – surgem na província de Saada, no Extremo Norte do Iémen. No início da década de 2000, assinalam-se as primeiras manifestações de objeção ao governo, então presidido por Ali Abdullah Saleh, observando-se um protesto face às alegações de marginalização política e social da região e de discriminação dos *Zayditas*, um ramo do Islão *shiita*. Estes protestos viriam a escalar para seis ciclos de guerra civil com o governo, decorridos entre 2004 e 2010. O grupo adquiriu maior protagonismo e aceitação na sociedade iemenita após os eventos da Primavera Árabe, em 2011, e a posterior exoneração do Presidente Saleh (Popp, 2015:2).

Em setembro de 2014 deu-se uma viragem na ordem interna do Iémen, derivada da ocupação de Sanaa pelos *Houthis*, cujo crescimento nas capacidades de atuação viria a culminar na renúncia do Presidente Abd Rabbuh Mansur al-Hadi, no início de 2015. Em março do mesmo ano, em resposta à expansão das áreas controladas pelo movimento em direção ao sul do país, formou-se uma coligação entre vários países vizinhos, liderada pela Arábia Saudita, que procedeu a uma campanha militar, marcada por bombardeamentos aéreos e bloqueios navais no território iemenita, afirmando os objetivos de derrotar o grupo e reestabelecer o governo legítimo de Hadi. Paralelamente, tornou-se evidente a prestação de ajuda aos *Houthis* por parte do Irão, nomeadamente através do fornecimento de armamento e apoio logístico, ainda que de forma não assumida (Esfandiary & Tabatabai, 2016:155; Brehony, 2020:510,514).

A pertinência da investigação relaciona-se com a atualidade do conflito e a especificidade da dimensão internacional desta crise doméstica, ancorando-se o estudo nas áreas temáticas das Relações Internacionais de Estudos Islâmicos e Geopolítica. A motivação para a escolha do tema terá recaído, essencialmente, na particularidade deste se encontrar ainda pouco explorado no meio académico em Portugal.

O desenho de pesquisa é sustentado em torno da seguinte Questão de Partida: “*Quais os efeitos do conflito no Iémen na geopolítica do Médio Oriente, em particular nas relações entre a Arábia Saudita e o Irão?*”; estipulando-se um período de análise entre os anos de 2015 e 2021. Neste sentido, são formulados como objetivos gerais da investigação: (i) compreender a composição e lógica de atuação do movimento *Houthi*; (ii) identificar os principais atores externos envolvidos no conflito e os respetivos interesses; (iii) perceber eventuais conjunturas futuras para a sociedade iemenita e para a ordem regional. Por conseguinte, os objetivos específicos delineados consistem em (a) analisar o crescimento dos *Houthis* em termos militares e logísticos; (b) analisar as dinâmicas de equilíbrio de poder na região e o impacto do conflito nas relações bilaterais entre a Arábia Saudita e o Irão; (c) conjeturar um possível posicionamento dos *Houthis* no Iémen num quadro pós-conflitual.

2. Enquadramento Teórico e Conceptual

A teoria do Neorrealismo, ou Realismo Estrutural, concebida por Kenneth Waltz, parte da assunção de que o poder constitui o principal fator que move as Relações Internacionais. O poder é medido, essencialmente, mediante as capacidades económicas e militares de cada Estado. Contrariamente à ideia, defendida pelas teorias do Realismo Clássico, de que a natureza humana se reflete na ação dos Estados e, nesse sentido, a concentração de poder tem como finalidade principal o domínio dos atores rivais; o Realismo Estrutural afasta estas considerações, argumentando que é a estrutura do sistema internacional que gera a competição de poder entre os Estados. Pressupondo um sistema internacional anárquico, onde não se observa a presença de uma autoridade superior às unidades políticas, e não havendo qualquer garantia de segurança, torna-se racional para cada Estado a obtenção de um determinado grau de poder que garanta a respetiva sobrevivência numa situação de agressão por parte de outro, uma vez que todos os Estados possuem capacidade militar ofensiva, persistindo um constante ambiente de incerteza. Quanto mais poderoso for um Estado em termos relativos em comparação com os respetivos rivais, menor é a probabilidade de ser atacado. Nesta lógica, as diferenças de ordem cultural e de regimes políticos entre os Estados são tidas como irrelevantes, dado que todos prosseguem o mesmo objetivo primário – a sobrevivência, que se traduz, mormente, na salvaguarda da integridade territorial. A competição pelo poder é, assim, perpétua (Dunne et al., 2013:77-79). Quando um Estado não dispõe das capacidades militares devidas, inevitavelmente encontra-se à mercê dos Estados vizinhos mais poderosos (Waltz, 1979:102).

Na cena internacional, os Estados constituem unidades políticas que, no mínimo, procuram a sobrevivência, e no máximo, o domínio universal sobre os demais, nesse sentido atuando conforme os respetivos interesses, recorrendo ou não ao uso da força (Waltz, 1979:113,118). O Neorrealismo admite a possibilidade de cooperação no sistema internacional, formando-se alianças, tendencialmente com a intenção de formar um bloco de oposição perante um adversário comum. A par da concentração de capacidades económicas e militares, o equilíbrio de poder é outra ferramenta a que os Estados recorrem para assegurar os respetivos interesses e adquirir os ganhos relativos face ao rival. Importa ter presente a distinção entre Estados revisionistas – que demonstram intenção de alterar o equilíbrio de poder por intermédio da força – e Estados satisfeitos com o *status-quo* (Dunne et al., 2013:79-80; Donnelly, 2013:37-42).

A relevância desta teoria na presente investigação enquadra-se, substancialmente, na análise dos interesses securitários e estratégicos dos atores externos envolvidos na guerra do Iémen. Fundamentalmente, procura-se observar, à luz do Neorrealismo, os objetivos a que se propõe a Arábia Saudita mediante a condução de uma intervenção militar no Estado vizinho, em apoio ao governo legítimo reconhecido internacionalmente, e as pretensões iranianas na concessão de apoio logístico e militar aos *Houthis*.

De igual modo, a teoria é pertinente no estudo das dinâmicas de equilíbrio de poder ao nível regional e internacional, nomeadamente, analisando as alianças e parcerias estratégicas formadas em oposição a um adversário comum. Atendendo à reflexão da rivalidade iraniano-saudita neste conflito doméstico, o Neorrealismo busca compreender os esforços internos envidados por parte dos dois grandes poderes do Médio Oriente, numa lógica de competição pelo acúmulo de poder e de expansão das respetivas esferas de influência.

A investigação será conduzida tendo por base os conceitos-chave em seguida operacionalizados: Geopolítica; Ator Não-Estatal; Estado Falhado; Conflito Armado.

Geopolítica é a disciplina que estuda os fatores geográficos que moldam as Relações Internacionais e as interações políticas, cujos métodos de análise evoluem no tempo. O termo foi cunhado por Rudolf Kjellén, em 1899, para designar “*a teoria do Estado enquanto organismo geográfico ou fenómeno no espaço*” (citado por Cohen, 2015:15). Cohen (2015:16) descreve a geopolítica como a análise das configurações geográficas – considerando “localizações” e as conexões entre estas que advêm da circulação de pessoas, bens e ideias – e dos processos políticos – tanto ao nível internacional como doméstico – sendo ambas variáveis dinâmicas e capazes de se influenciar uma à outra. O autor elabora uma hierarquia de estruturas geopolíticas, ao nível espacial – em primeiro lugar, as regiões geoestratégicas, integrando um nível extenso de território; em seguida, as regiões geopolíticas, que consistem numa subdivisão das anteriores; e por último, os Estados soberanos, regiões autónomas, subdivisões territoriais, entre outras unidades orgânicas (Cohen, 2015:37).

Brzezinski (1997:40-41) distingue atores geoestratégicos de *pivots* geopolíticos. Os atores geoestratégicos correspondem aos Estados que detêm capacidade e vontade de exercício de poder além-fronteiras, de modo a influenciar a conjuntura geopolítica conforme os interesses pretendidos, sejam de ordem ideológica, religiosa ou económica.

Alguns destes Estados procuram alcançar um estatuto de poder hegemónico regional, podendo ou não se encontrarem alinhados com a agenda norte-americana. Os *pivots* geopolíticos, por sua vez, consistem nos Estados cuja importância resulta da respetiva localização territorial, sendo potencialmente vulneráveis aos comportamentos dos atores geoestratégicos.

O Médio Oriente constitui um *shatterbelt*, marcado por uma forte fragmentação e antagonismos consideráveis entre os Estados que compõem a região, a par de rivalidades e discórdias internas evidenciadas em conflitos étnicos, religiosos, linguísticos e raciais. Acrescem as competições pelo estatuto de poder hegemónico regional, influenciando as políticas externas das unidades soberanas, sendo constante o estabelecimento e rompimento de alianças. No entanto, trata-se de uma região de grande importância estratégica, decorrente da localização na junção entre a Europa, a Ásia e África – estendendo-se da Turquia ao Irão, englobando o Iraque e a Península Arábica – beneficiando de uma magnitude de portos marítimos e acessos aos principais canais e rotas comerciais internacionais, dada a ligação com os mares Cáspio, Negro, Mediterrâneo, Vermelho e Arábico. Soma-se, ainda, a amplitude de recursos naturais, nomeadamente de reservas de petróleo e depósitos de gás natural. Neste contexto, dado o interesse das grandes potências nos recursos da região, estas procuram estimular as tensões internas, de modo a perpetuar a dependência dos Estados de ajuda militar e/ou logística (Cohen, 2015:375-386). Deste modo, pode se considerar a região um *pivot* geopolítico na ordem mundial, pese embora se observem atores geoestratégicos regionais, no contexto da competição pelo acúmulo de poder e capacidade de influência.

Considerando as definições apresentadas, entendemos o conceito de Geopolítica como o estudo das interações políticas resultantes de fatores geográficos e geológicos e da análise das hierarquias de poder na ordem internacional. Na presente Dissertação, é um conceito relevante na medida em que se pretende examinar os efeitos do conflito do Iémen na rivalidade estratégica entre a Arábia Saudita e o Irão e as dinâmicas de equilíbrio de poder que daí advêm.

De acordo com Josselin & Wallace (2001:2-4), o conceito de Ator Não-Estatal abrange uma multiplicidade de grupos, bastante diversos entre si, sendo que nem todos são independentes do Estado e da autoridade estatal na respetiva atuação – é o exemplo de determinados grupos transnacionais dedicados ao desenvolvimento económico e/ou social ou que apoiam certas causas, recebendo apoio financeiro por parte dos respetivos

governos. Contudo, os autores consideram que a definição de Ator Não-Estatal engloba maioritariamente organizações que são, em larga escala ou na totalidade, autónomas dos governos centrais onde estão sediadas, não recebendo fundos nem sendo por estes controladas, podendo ser emanadas da sociedade civil, da economia de mercado ou de impulsos políticos; organizações que operam ou participam em redes além-fronteiras; e organizações cuja lógica de atuação afeta os resultados da ação política – seja ao nível doméstico ou internacional. Estas últimas, tendencialmente, concentram-se em assuntos de ordem religiosa, comercial ou em questões relacionadas com diásporas (Josselin & Wallace, 2001:15).

Wagner (2009:1), por seu turno, argumenta que no conceito de Ator Não-Estatal se inserem todos os atores das Relações Internacionais que não sejam Estados, compreendendo indivíduos e entidades como alianças internacionais, organizações não-governamentais, corporações, associações de mercado, grupos terroristas e organizações de crime transnacional. O autor salienta, no entanto, que a maior parte destas organizações não detêm capacidade legal à luz do Direito Internacional. Arat (2006) enumera o tipo de grupos que considera se incluírem na definição de Ator Não-Estatal, incluindo movimentos formados em oposição a um governo, alguns dos quais envolvidos numa luta armada; empresas privadas que atuam nos ramos do comércio, finanças, manufaturas e provisão de serviços; organizações de negócios e trabalho; organismos de ajuda e desenvolvimento; os *media*; instituições de cariz religioso; tribunais; famílias; comunidades religiosas e étnicas; gangues, máfias e outras milícias (citado por Durac, 2015:37).

Partindo destas conceções, o conceito de Ator Não-Estatal é percecionado como uma dinâmica grupal que busca a prossecução de um determinado objetivo político, económico, social ou religioso, podendo apresentar ou não uma conduta em conformidade com o Estado em que operam, verificando-se, assim, uma dicotomia. Os *Houthis* constituem um ator não-estatal violento, emergido no Norte do Iémen, cuja lógica de atuação viria a desafiar o monopólio do uso da força do Estado a partir de setembro 2014, no seguimento da ocupação de Sanaa (Durac, 2015:38-39). Trata-se de um grupo de oposição ao governo iemenita, embora os membros do movimento também se envolvam em atividades ilícitas e de crime organizado.

O conceito de Estado Falhado, segundo Helman & Ratner (1993:3-5), relaciona-se com a incapacidade do Estado-Nação em se sustentar como membro da comunidade

internacional, verificando-se frequentemente a presença de conflitos civis, colapso dos governos e privação económica. Desta conjuntura resultam cenários de violência e anarquia na ordem interna, constituindo uma ameaça securitária para os Estados vizinhos, por intermédio de fluxos massivos de refugiados, de instabilidade política e/ou guerra aleatória. Os conflitos civis na ordem interna dos Estados Falhados provocam o fracasso dos serviços governamentais, a destruição de bens alimentares e afetam o funcionamento das redes de distribuição. Em alguns casos, a corrupção política e a criminalidade agudizam estas adversidades.

Rotberg (2003:1-7) aprofunda esta conceptualização, estipulando que o grau de fracasso de um Estado é medido consoante a respetiva capacidade de fornecer bens políticos aos cidadãos. Por bens políticos, o autor estabelece uma hierarquia, colocando em primeiro lugar a capacidade de assegurar a segurança humana, incluindo-se a prevenção de invasões e ataques externos, de perdas de controlo territorial, de ameaças domésticas à ordem social interna e da atividade criminal. Em seguida, enfatiza a participação civil no processo político; os serviços de saúde e educação; as infraestruturas economicamente cruciais como estradas, autoestradas, portos, aeroportos; e a promoção da sociedade civil. Contudo, diferencia três tipos de Estados Falhados – aqueles cujo fracasso resulta da posição geográfica ou de constrangimentos económicos; e outros ocasionalmente fracos, marcados por antagonismos internos, ataques externos, despotismos, entre outras vicissitudes; e ainda os Estados em que se observam os dois cenários anteriores. O autor salienta que em todos os Estados Falhados se observa a discórdia entre comunidades étnicas, religiosas e/ou linguísticas; a incapacidade em controlar as fronteiras ou de assegurar o controlo de determinadas partes do território; o crescimento de violência criminal; e um mau funcionamento das instituições políticas e sociais, resultando num incumprimento das funções do Estado-Nação moderno.

Perante o exposto, interpretamos o conceito de Estado Falhado como uma unidade política incapaz de responder aos demais desafios internos, em virtude da ineficácia das estruturas de governação, fracassando no cumprimento do interesse nacional de fazer o país prosperar. Tendencialmente, em resposta à precariedade socioeconómica, potencia-se a emergência de organizações terroristas e movimentos insurgentes de oposição nestes territórios. Não obstante a diversidade de Estados Falhados, é comum observar-se a presença de conflitos e violência na ordem interna. Este conceito aplica-se na presente investigação, uma vez que o Iémen é um Estado Falhado, cujo sistema de governança

desde sempre se demarcou por uma ineficácia das instituições formais e uma forte presença de atores não-estatais. Ademais, destacam-se a escassez de recursos económicos, a limitação severa dos serviços sociais, um fraco sistema judicial e a debilidade da autoridade central, que nunca deteve o monopólio do uso da força (Clausen, 2018:561-562; Juneau, 2016:651).

Conflito Armado é um conceito que remete para estado de guerra, que pode assumir contornos de cariz internacional ou não internacional. Um conflito armado internacional é apresentado pelo Artigo 2º comum das Convenções de Genebra de 1949 como um “*caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que possa surgir entre duas ou mais das Altas Partes contratantes, mesmo se o estado de guerra não for reconhecido por uma delas*” (citado por Vité, 2009:70-71). Assim, pressupõe-se uma rivalidade entre Estados soberanos, que pode derivar de uma confrontação direta entre ambos ou de uma intervenção estrangeira num conflito doméstico – em apoio militar direto a um movimento armado, por exemplo. Este conceito de conflito armado internacional não se aplica numa situação em que a intervenção externa em apoio a um determinado grupo interno, que se confronta com o governo local, se limita a uma mera assistência financeira e logística de equipamento e treinamento militar, tal como nos casos em que o Estado no qual se desenrola a ação armada permite a Estados terceiros que atuem no respetivo território de forma a combater um movimento armado. Por conseguinte, um conflito armado não-internacional requer que uma das Partes envolvidas não seja governamental, podendo as hostilidades ser travadas entre um Estado e um ou vários grupos armados, ou apenas entre grupos. Alguns conflitos armados não internacionais decorrem em vários territórios estatais sendo, pontualmente, descritos como “transnacionais” ou “extra-estatais” (Vité, 2009:71-77, 88).

Deste modo, Conflito Armado é entendido como uma interação violenta entre dois ou mais atores das Relações Internacionais, estatais ou não-estatais, resultante de uma divergência de interesses. Sendo um conflito armado não-internacional aquele em que não há uma confrontação direta entre dois Estados, esta definição enquadra-se na caracterização do conflito em estudo, em que se defrontam um governo central e um ator não-estatal. Todavia, afigura-se uma componente transnacional, considerando os ataques posteriormente empregues pelas forças *houthis* no território da Arábia Saudita, em retaliação face à intervenção militar no Iémen em apoio ao regime do Presidente Mansur al-Hadi.

3. Revisão da Literatura

De modo a compreender o conflito e prosseguir a investigação conforme os objetivos supramencionados, importa contextualizar os antecedentes e identificar o Iémen como um Estado Falhado. O célebre artigo *Saving Failed States*, publicado na revista *Foreign Policy*, por Helman & Ratner (1993), foi pioneiro na conceptualização e descrição dos Estados Falhados, mais tarde aprofundadas por Rotberg (2003), que veio estipular uma hierarquização de Estados Falhados consoante diversos níveis, atendendo a determinados indicadores de cariz político, económico e social. O caso do Iémen é explorado por Clausen (2018), no estudo *Competing for Control over the State: The Case of Yemen*, que reconhece o forte envolvimento de atores não-estatais na política doméstica, argumentando que a estabilidade da ordem interna é uma variável dependente do equilíbrio de poder estabelecido entre os atores políticos.

Relativamente ao específico caso dos *Houthis* e respetivo crescimento e conquista de influência política e social, durante e após os eventos da Primavera Árabe, é pertinente a publicação de Popp (2015), assim como o relatório de Votel et al. (2021), que analisa as implicações decorrentes em designar os *Houthis* uma organização terrorista, afirmando que tal designação dificulta o processo político de negociações e de resolução da catástrofe humanitária. Parveen (2018) examina os atores externos envolvidos no conflito.

O artigo científico de Clausen (2019) aborda o Estado Falhado iemenita sob a perspetiva das desigualdades globais, defendendo a ideia de que a correlação entre Estado Falhado e ameaça securitária serve como justificação para a condução de intervenções bélicas por parte de potências regionais, que se intitulam de “salvadores externos”. A autora observa o particular apoio internacional obtido pela Arábia Saudita na condução da operação militar no Iémen, em curso desde 2015, conjuntamente com vários países vizinhos, mediante o objetivo de travar e combater os *Houthis* e restaurar o governo legítimo do Presidente Abd Rabbuh Mansur al-Hadi, não obstante a galopante catástrofe humanitária a que se assiste. Sowers & Weinthal (2021) ilustram as consequências desta guerra na segurança humana e realçam os desafios que se impõem, nomeadamente em matéria de ajuda humanitária e de construção da paz.

O papel dos Estados Unidos da América no conflito é apresentado por Malley & Pomper (2021) no artigo *Accomplice to Carnage: How America Enables War in Yemen*,

publicado na revista *Foreign Affairs*. Kadri (2021) afirma que os interesses imperialistas das grandes potências residem em tornar o Iémen um Estado Falhado permanente e destruir a respetiva soberania, de forma a alcançarem um domínio político sobre o território. Kaptan (2021) partilha desta ideia, sugerindo que os poderes ocidentais contribuem para a perpetuação da guerra no Iémen, como parte da estratégia da venda de armas, e procura explicar o equilíbrio de poder que se desenvolve na ordem regional. Kadri (2020), no artigo *The Geopolitics of the Yemen War during the Corona Pandemic: An Althusserian Approach*, faz alusão aos interesses da República Popular da China no Iémen e na projeção de poder no Médio Oriente, ainda que não participe no conflito.

A especificidade da intervenção militar por parte da coligação de países liderada pela Arábia Saudita no Iémen é explorada, mais aprofundadamente, nos estudos de Stenslie (2015), Hokayem & Roberts (2016) e Sharp (2018). Fink (2017) reflete acerca do bloqueio naval imposto no quadro da intervenção e das implicações humanitárias decorrentes. Darwich (2020) considera o receio de perda de estatuto regional como fundamento para a escalada de violência provocada, principalmente, pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes Unidos, os intervenientes mais proativos da coligação militar. Juneau (2020) examina os interesses de Abu Dhabi e respetivo *modus operandi* no conflito.

O contributo de Johnston et al. (2020), no livro *Could the Houthis be the Next Hizballah? – Iranian Proxy Developments in Yemen and the Future of the Houthi Movement*, é relevante para a compreensão do relacionamento entre o Irão e os *Houthis*, e os interesses de Teerão no conflito, partindo de uma análise da estratégia iraniana na aproximação a outros atores não-estatais regionais. Este posicionamento do Irão é, de igual modo, exposto nos artigos académicos de Terrill (2014), Juneau (2016, 2021) e Kendall (2017). Amiri & Mirzaei (2021), autores iranianos, estudam as relações do Irão com o Iémen e os *Houthis*, referindo-se a uma ameaça securitária regional, instigada pela Arábia Saudita.

Al-Hamdani & Lackner (2020) apresentam a evolução dos *Houthis* e a forma como conseguiram os membros do grupo atingir o atual estágio de domínio político e militar na ordem interna do Iémen, e procuram explicar como a União Europeia pode atuar do ponto de vista diplomático, eventualmente contribuindo para um fim do conflito e uma estabilização do país. Similarmente, os artigos académicos de Pradhan (2020) e Brehony (2020) avaliam a evolução do conflito e as prospetivas para alcançar a paz.

As fontes estruturais das tensões entre a Arábia Saudita e o Irão são exploradas por Mirza et al. (2021). Litvak (2017) ressalta que as raízes destas tensões geopolíticas se baseiam num paradigma político-ideológico, em que ambos reclamam a legitimidade islâmica para dominar a ordem regional e possuem visões distintas acerca dos modelos de governação. De igual modo, é evidenciado um antagonismo religioso entre o *shiismo* e o *wahhabismo*, os dois opostos extremos das correntes do Islão. Phillips (2020) e Kamrava (2018) estudam a competição entre as duas potências regionais após a Primavera Árabe.

Alzawahreh (2021) analisa a rivalidade iraniano-saudita, à luz da teoria do Dilema do Prisioneiro, destacando as dinâmicas de competição entre os dois poderes regionais e perceções mútuas de ameaça decorrentes da pujança económica e militar que ambos detêm, principalmente após a Revolução Iraniana de 1979; e o equilíbrio de poder a que se assiste. Ghoble (2019) defende que o antagonismo – tanto religioso, como estratégico – se reflete nos Estados Falhados vizinhos, que adquirem contornos congêneres a um campo de batalha entre os dois opositores regionais. O autor acrescenta, ainda, que esta rivalidade é monitorada por poderes externos, salientando a parceria estratégica entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos da América, no âmbito dos combustíveis e das sanções impostas pela Casa Branca, sob a administração Trump, ao Irão; e a aproximação da República Popular da China ao Irão, seguindo uma lógica anti-ocidental. Hussain (2015) descreve as relações entre os Estados Unidos e o Irão, focando-se nas hostilidades desde a Revolução Islâmica de 1979, e apresentando o acordo nuclear assinado entre Teerão e o P5+1.

O artigo científico de Gul et al. (2021) examina os desafios impostos pelas tensões entre Riade e Teerão à segurança do Médio Oriente, no enquadramento dos conflitos na Síria, no Iémen e no Iraque; e do programa nuclear iraniano. Salisbury (2015), Munteanu (2015) e Júlia (2020) exploram o jogo geopolítico entre os dois poderes regionais no conflito entre os *Houthis* e o governo iemenita reconhecido internacionalmente. Rauta (2018, 2021) foca-se na conceptualização do termo “guerra por procuração” e nas dinâmicas de envolvimento das partes. Karakir (2018) avalia a natureza da guerra iemenita, questionando-se acerca da viabilidade em descrever o conflito como uma guerra por procuração. Esfandiary & Tabatabai (2016) analisam o conflito no Iémen, sob o argumento de que a cooperação entre a Arábia Saudita e o Irão pode contribuir para a estabilidade e paz regional.

Mabon et al. (2021) e Guzansky & Shine (2021) analisam o futuro das relações iraniano-sauditas, destacando a recente retoma do diálogo entre a Arábia Saudita e o Irão, no contexto da administração norte-americana de Joe Biden, assinalando-se, também, um relançamento das negociações entre Washington e Teerão a respeito do acordo nuclear, assim como mudanças significativas na política externa de Riade que podem conduzir ao término do conflito no Iémen. Salisbury & Weissenburger (2022) afirmam o sucesso da trégua assinalada no Iémen em 2022, que conduziu a um cessar-fogo por parte das forças da coligação liderada pela Arábia Saudita e representa o maior esforço de construção da paz desde o início do conflito.

4. Enquadramento Metodológico

Neste capítulo são apresentadas as considerações de ordem metodológica, sob as quais o estudo se orientará. Será seguida uma abordagem epistemológica de tipo pós-positivista, partindo da assunção de que os fenómenos não decorrem de leis causais na sua totalidade, aceitando um determinado grau de incerteza, à luz da ideia de que, em ciências sociais, a realidade pode ser moldada por fatores sociológicos e sujeita à mudança e reinterpretação. Deste modo, a investigação alicerça-se numa perspectiva interpretativista, procedendo a uma observação dos acontecimentos, tendo em conta o papel da ação humana e procurando compreender as motivações que fundamentam certos comportamentos, com base numa análise holística (Porta & Keating, 2008:24-26).

Recorrer-se-á a uma análise de dados qualitativos, recaindo a recolha de informação, consubstancialmente na literatura académica, mediante a consulta de obras e artigos científicos relevantes, publicações de *think-tanks* e relatos das imprensas ocidental, iemenita, saudita e iraniana.

De forma a dar cumprimento ao objetivo geral de perceber eventuais cenários futuros para a sociedade iemenita e para a ordem regional e ao objetivo específico de conjecturar um possível posicionamento dos *Houthis* no Iémen num quadro pós-conflitual, será seguido um método prospetivo. Perestrelo (2002:35) descreve a prospetiva como uma disciplina que visa identificar os cenários mais prováveis, observando a estratégia dos atores sociais, as variáveis, alianças e conflitos que determinam os processos de tomada de decisão. A prospetiva consiste, assim, numa área de estudo que se debruça entre a análise científica e os jogos de influências. Sendo uma etapa fundamental dos trabalhos de prospetiva a construção de cenários, Michel Godet afirma que estes devem assentar em quatro critérios: pertinência, coerência, verosimilidade e transparência. A construção de cenários, contudo, comporta uma dicotomia, podendo partir do contexto presente ou de uma conjuntura futura. Ou seja, pode ser seguida uma metodologia de *forecasting*, examinando os desenvolvimentos possíveis tendo por base as características atuais de uma sociedade, privilegiando-se a formulação de hipóteses plausíveis e extrapolando-se as tendências do passado, enquadrando-se numa abordagem realista e conservadora; ou uma metodologia de *backcasting*, na qual o ponto de partida reside num panorama desejável, traçando-se as medidas que devem ser adotadas para alcançar esse estágio – as metas do Desenvolvimento Sustentável enquadradas na Agenda 2030 das

Nações Unidas são um bom exemplo – observando-se uma abordagem revolucionária e de rutura, por vezes, irrealista. A presente investigação adotará uma metodologia de *forecasting*, conjecturando-se cenários plausíveis à luz das tendências observadas no desenrolar do conflito. Esta metodologia prospetiva deverá obedecer à execução de duas etapas cruciais – a construção da base e a construção dos cenários. A construção da base deve assentar numa rigorosa análise estrutural, a qual comporta uma minuciosa descrição do sistema em estudo, considerando as respetivas estruturas internas; a identificação das variáveis que condicionam o sistema – quantitativas e/ou qualitativas, internas e/ou externas ao sistema – e das dimensões de incerteza; e uma apresentação dos atores que participam no sistema e o modo como influenciam a evolução dos acontecimentos. Por conseguinte, a fase de construção dos cenários propriamente dita recorrerá a um cruzamento das dimensões de incerteza anteriormente detetadas, concebendo visões futuras através de um método intuitivo (Hatem et al., 1993:221-223,229-231,239-246; Perestrelo, 2002:35-41).

5. O Grupo *Houthi*

O Iémen desde sempre foi um Estado incapaz de exercer o monopólio sobre o uso da força no território e de impor a ordem interna (Clausen, 2019:491). No contexto anterior à unificação, em maio de 1990, o Iémen do Norte era regido por uma ditadura militar desde o golpe republicano de 1962 que depôs o Imanado *Zaydita*, cujas origens remontam ao século IX (Clausen, 2018:563); enquanto o Iémen do Sul se guiava pelos princípios marxistas, após a independência da administração colonial britânica, em 1967. Em ambos se observava uma autoridade central débil e uma constante emergência de grupos e movimentos de oposição ao poder central (Karakir, 2018:125). Após a unificação dos dois territórios, o Presidente Ali Abdullah Saleh, que liderava o Iémen do Norte desde 1978, instituiu um sistema administrativo feudal, baseado na hegemonia do partido no poder, na patronagem, na cooptação e na coerção, com traços de uma cleptocracia, na medida em que é evidenciada a prática da corrupção por parte das elites e da classe dominante (Juneau, 2016:651; Amiri & Mirzaei, 2021:384-385).

Não obstante, a unificação do Iémen tornou o país na primeira democracia representativa da Península Arábica, ao terem sido estabelecidas eleições presidenciais relativamente livres a cada 7 anos e um sistema parlamentar assente em duas câmaras – o Conselho Consultivo, *Majlis al-Shura*, composto por 111 membros nomeados pelo Presidente; e a Câmara dos Representantes, *Majlis al-Nuwab*, formada por 301 deputados eleitos por sufrágio universal. Ainda assim, esta democracia sempre foi frágil (Clausen, 2018:562).

O Iémen constitui um Estado Falhado por excelência, ocupando atualmente o primeiro lugar no Índice de Estados Falhados, segundo o Fragile States Index (2022). A ineficácia das instituições de governação formais e o envolvimento constante de atores não-estatais na política interna são os principais fatores que determinam esta classificação. Elites tribais, líderes religiosos, homens de negócios e tecnocratas formam a “elite política relevante” que, embora não assumam funções oficiais no aparelho de Estado, influenciam o processo político e competem entre si (Clausen, 2018:561; Júlia, 2020:90). De acordo com Waltz (1979:82), as estruturas políticas moldam os processos políticos, pelo que a existência de diferenças na distribuição de poder e autoridade entre atores formais e informais afeta o desempenho do poder executivo.

A sociedade iemenita é fortemente tribal, apresentando consideráveis barreiras étnicas e religiosas, que geram um cenário sociopolítico turbulento e inseguro. A fragmentação do Iémen é refletida na divisão entre o Norte e o Sul do país, que, não obstante o processo de unificação, persiste até aos dias de hoje. A maioria da população iemenita é praticante do *sunismo shafi'i*. Os *shiitas zayditas* representam aproximadamente 25% da população, enquanto os *shiitas ismaelitas* e dos Doze Imames são grupos minoritários (Esfandiary & Tabatabai, 2016:156-157; Amiri & Mirzaei, 2021:389).

Outros aspetos a ter em consideração são a limitação ou mesmo inexistência dos serviços sociais nas áreas rurais, onde reside aproximadamente 70% da população iemenita, a par de uma escassez de presença policial e um fraco sistema judicial (Clausen, 2018:562). A economia iemenita é tradicionalmente dependente das remessas dos países do Golfo – apoios que permitiram o lançamento de projetos nas áreas da saúde e educação e a construção de infraestruturas rodoviárias desde a década de 1960; das receitas do petróleo e da ajuda internacional (Amiri & Mirzaei, 2021:386; Júlia, 2020: 88). O Iémen apresenta ainda uma carência de infraestruturas e uma enorme precariedade social, caracterizada por elevados níveis de desemprego e de toxicodependência e uma acirrada competição pelo acesso aos recursos limitados do país. A escassez de água e o racionamento de bens alimentares são alguns dos desafios mais severos que se impõem. Estes fatores são agravados pelo facto de o Iémen ser um dos países com maior taxa de posse de armamento, o que permeabiliza a emergência de insurgências e radicalismos, uma vez que as reduzidas oportunidades socioeconómicas contribuíram para uma aproximação de uma parte da população iemenita a grupos rebeldes e organizações terroristas¹ (Karakir, 2018:123; Esfandiary & Tabatabai, 2016:158; Júlia, 2020:92).

5.1. Um Ator Não-Estatal

Ansar Allah é a designação oficial dos *Houthis*, cuja tradução remete para *Assistentes de Deus*. Constituem um grupo liderado pela família al-Houthi, que é *sadah* – descendentes do Profeta Maomé². Este movimento emerge em reação à proselitização do *Salafismo* a que se assistia na província de Saada, localizada no Extremo Norte do Iémen, de onde são originários os membros fundadores do movimento; e em virtude da perceção de marginalização económica e social da região, sendo apontada a falta de

¹ O *Al-Qaeda na Península Arábica* é uma das principais organizações terroristas que operam no território iemenita, tendo-se estabelecido no país em 2006, adquirindo maior relevância a partir de 2011, no seguimento do aumento da instabilidade política e social do período pós-Primavera Árabe.

² *Hashemitas* ou *Ashraf* são outros termos frequentemente utilizados para designar este estatuto social.

desenvolvimento e de investimento na região por parte do governo central (Al-Hamdani & Lackner, 2020:5). Com efeito, desde o colapso do Imanado em 1962, a comunidade *zaydita* tornou-se excluída do poder no cerne do aparelho político iemenita, em larga escala devido ao isolamento geográfico de Saada, região que apresenta um atraso no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, dos serviços sociais, do setor da educação e segurança (Johnston et al., 2020:7; Clausen, 2018:566).

Nesse sentido, no início da década de 2000, os *Houthis* desencadearam um movimento de protesto e de objeção à marginalização económica da região e à alegada discriminação sociopolítica dos *Zayditas*. Gradualmente, o movimento radicalizou-se e, entre 2004 e 2010, travaram um conflito com o governo central iemenita em seis ciclos de guerra. Manifestam também uma oposição à *al-Qaeda* e a outros movimentos *sunitas salafistas*. Na sequência dos protestos da Primavera Árabe, em 2011, os *Houthis* adquiriram maior relevância no seio da sociedade iemenita, conquistando apoiantes, inclusive nos segmentos da população não-*shiita*, no âmbito da oposição à elite local e à corrupção do governo (Popp, 2015:2-3).

Em 2020, a administração Trump manifestou vontade de designar os *Houthis* como uma organização terrorista, no quadro das tensões face ao Irão, tendo Mike Pompeo, Secretário de Estado norte-americano, em 10 de janeiro de 2021, anunciado a intenção de classificar o grupo como uma organização terrorista estrangeira. No entanto, surgem implicações que a atribuição dessa designação acarretaria, principalmente a proibição de concessão de ajuda material – onde se incluem bens alimentares, medicamentos e toda a ajuda humanitária – nas áreas sob ocupação pelo movimento, o que agravaria ainda mais a situação humanitária mais precária à escala global. Acresce o facto de que este prejuízo poderia robustecer ainda mais os *Houthis*, tal como o *Hamas* e o *Hezbollah* se expandiram em capacidades militares e projeção de influência regional após terem sido rotulados como organizações terroristas estrangeiras pela Casa Branca em 1997 (Votel et al., 2021:11,15).

Deste modo, revela-se adequado classificar os *Houthis* como um ator não-estatal violento que, gradualmente, assumiu uma maior relevância política e social na ordem interna iemenita e instaurou uma ação armada, primeiramente por quezílias locais, mais tarde expandindo a agenda em torno de uma maior participação no processo de tomada de decisão e no controlo de determinadas áreas do território (Durac, 2015:38-39).

5.2. Ideologia e Composição do Grupo

Os *Houthis* formam um grupo de índole política, e não religiosa, pese embora o fator religião tenha tido um papel crucial no desenvolvimento identitário do movimento. Uma vez que o objetivo oficial proclamado reside no combate à ineficácia e corrupção do governo central iemenita, trata-se, na sua essência, de um grupo político de oposição, movido por questões locais (Kendall, 2017:2). A organização inicial do movimento não tinha como finalidade a captura de território de modo a estabelecer um “*Houthistão*”, mas sim a reversão da marginalização política e económica da província de Saada (Clausen, 2018:561). Ainda que não tenham manifestado ambições separatistas, os *Houthis* reivindicavam um maior grau de autonomia nas áreas onde se concentram a maioria dos praticantes do *zaydismo*³. Contudo, os objetivos foram-se expandindo conforme o gradual acúmulo de poder que o movimento foi conquistando no período após os protestos da Primavera Árabe, evidenciando também a pretensão de adquirir um papel de maior destaque no processo de tomada de decisão central e um amplo reconhecimento dos direitos culturais e religiosos *zayditas* (Juneau, 2016:651-652).

O *Zaydismo* constitui um ramo do Islão *shiíta*, apresentando-se como os *shiitas* dos Cinco imames, diferenciando-se do *shiismo* maioritário que defende a legitimidade dos Doze imames (Al-Hamdani & Lackner, 2020:3). Todavia, é importante ressaltar que os *Houthis* não representam o *Zaydismo*, nem todos os *Zayditas* apoiam os *Houthis*. O revivalismo *zaydita* teve início no decénio de 1990, na sequência da perceção de marginalização política e económica das regiões onde são predominantes, da reação à proselitização *salafista* na província de Saada, assim como da crescente literacia das novas gerações (Johnston et al., 2020:53).

O revivalismo deu-se mediante o estabelecimento de duas organizações: o *Hizb al-Haqq*, o primeiro partido político *zaydita*, que emerge no contexto do processo de unificação e democratização (Clausen, 2018:563); e o *shabab al-Mumanin – Juventude Crente* – um movimento socio-religioso destinado à promoção da formação religiosa de jovens em escolas, campos de verão e outros programas comunitários. Hussein al-Houthi havia completado os estudos religiosos em universidades do Irão e do Sudão, e regressou ao Iémen em 2000, apresentando um discurso radicalizado, sob o lema “*Deus é Grande, Morte à América, Morte a Israel, Maldição aos Judeus, Vitória ao Islão*”, e uma oposição

³ Atente-se que alguns membros do movimento pugnam pela restauração do Imanado *Zaydita*, embora essa não seja uma pretensão declarada pelos líderes.

feroz ao regime de Ali Abdullah Saleh. É neste momento que os seguidores de Hussein formaram um movimento de resistência face ao governo central, inicialmente através da distribuição de propaganda e da pintura de *graffitis* nas ruas de Saada, com mensagens de oposição a Saleh e aos Estados Unidos da América. Na sequência da primeira tentativa de detenção de Hussein al-Houthi, por parte das forças do governo, deu-se início a primeira guerra de Saada, em junho de 2004. O assassinato de Hussein, em setembro, veio acender ainda mais o ódio dos seguidores face ao Presidente. A partir de 2006, o irmão de Hussein, Abdul Malik al-Houthi, assume a liderança do movimento (Johnston et al., 2020:53-56).

Durante os primeiros seis ciclos de guerra, decorridos entre 2004 e 2010, os *Houthis* não apresentavam uma coesão organizacional, nem uma agenda clara além da resistência contra a repressão do regime de Saleh, o que os distinguiu dos demais grupos armados que exercem a violência para aquisição de controlo político sobre um território já pertencente a um Estado (Clausen, 2018:565).

Os *Houthis* promovem uma ideologia neo-*Zaydita*, que é amplamente repressiva e contraditória, apresentando uma forte componente militar. O conflito em curso desde 2015 sedimentou o recurso à violência para prossecução de objetivos políticos, enquanto os membros mais intelectuais, que estavam na frente do movimento durante a Conferência do Diálogo Nacional, decorrida entre 2013 e 2014, foram gradualmente afastados. Esta marginalização dos membros mais tolerantes gerou uma crescente militarização do movimento (Al-Hamdani & Lackner, 2020:13-14).

A Visão Nacional para o Estado Iemenita Moderno, publicada em 26 de março de 2019, data em que se assinalaram os quatro anos do conflito em curso, expressa a vontade de estabelecer um Iémen democrático, estável e unido, assente em instituições de governação robustas, na aplicação da justiça, no desenvolvimento do nível de vida dos cidadãos e na proteção da independência da nação e da paz mundial. Os princípios gerais desta Visão Nacional baseiam-se nos valores da fé islâmica, na prossecução da justiça social e do respeito dos direitos e liberdades, na preservação da família iemenita, na implementação de eleições livres e na unidade do território e do povo (Supreme Political Council, 2019:8,20). Todavia, esta estratégia revela-se oposta da que é implementada, observando-se a imposição de taxas, a segregação de género, a preferência pela liderança de figuras *hashemitas*, transmitindo uma certa pretensão de fazer ressurgir o domínio

sociopolítico dos *Zayditas*, similarmente à estrutura do Imanado (Al-Hamdani & Lackner, 2020:13).

Os *Houthis* intervêm na maioria dos negócios, cobrando taxas e direitos aduaneiros sob os mais variados pretextos, incluindo o “esforço de guerra”. Em junho de 2020, impuseram uma taxa de 20% sobre toda a atividade económica, no âmbito da necessidade urgente de rendimentos, provocada pelo conflito interno e o isolamento internacional do Iémen daí resultante, assim como o colapso económico derivado da pandemia de COVID-19. A par disso, apresentam-se determinados em interferir na ajuda humanitária, material e financeira, destinada ao Iémen⁴ (Al-Hamdani & Lackner, 2020:10-11). Internamente, os *Houthis* são apoiados pelas tribos Hashed, Bakeel e Khawlan. Em contrapartida, enfrentam uma robusta oposição por parte das tribos e movimentos do Centro e Sul do país (Júlia, 2020:109).

O *modus operandi* dos *Houthis* assenta numa rede de pequenas milícias, organizadas hierarquicamente. De forma a governar os territórios dos quais adquiriram controlo ao longo do conflito, desenvolvem uma governação paralela ao aparelho de Estado oficial. No topo da hierarquia encontra-se o líder, Abdul Malik al-Houthi, e respetivos conselheiros. Em seguida, situam-se os supervisores gerais, que não interagem com o público e geralmente são anónimos. No terreno, verifica-se toda uma rede de supervisores que interagem com o público, maioritariamente integrada por fanáticos religiosos, criminosos e oportunistas. A autoridade é lhes concedida pelo líder, em troca de algumas exigências, tais como a recruta de membros para o movimento, a promoção da doutrina neo-zaydita e a transferência de uma parte dos ganhos financeiros para a rede⁵. Estes supervisores exercem uma brutal repressão sobre a população civil, sendo frequente o assédio de mulheres, o encerramento de estabelecimentos que não cumpram a segregação de género, a proibição de reprodução de música em casamentos e eventos e de realização cerimónias de graduação em universidades. Observa-se também a perseguição a judeus, *baha'is* e outras minorias. Qualquer indivíduo que não adira ao código moral do grupo, sujeita-se a ser detido, desaparecido ou torturado até à morte. Também no terreno, se situam observadores, que exercem a censura. A liberdade de expressão é fortemente condicionada, sendo comum a detenção de jornalistas, o confisco de jornais e o

⁴ A maioria da população em necessidade de ajuda humanitária reside nos territórios ocupados pelas forças *houthis*.

⁵ Os ganhos financeiros baseiam-se na extorsão de dinheiro a lojas e negócios e na administração de mercados negros de petróleo. Estes esquemas atraíram criminosos e oportunistas para a organização.

encerramento de estações televisivas. A propaganda hostil é difundida no canal televisivo *Al-Masirah*, mas também em programas escolares, campos de verão e cursos obrigatórios para funcionários públicos. A crítica ao sistema resulta numa imediata intitulação de traidor, mercenário e espião norte-americano ou israelita (Votel et al., 2021:13-14).

5.3. A Expansão de Influência e Escalada de Tensão com o Governo Central Iemenita

A oposição dos *Houthis* ao governo central emerge como uma revolta face à alegada discriminação económica da província de Saada, a par da tolerância por parte do governo iemenita na proselitização dos militantes *sunitas salafistas*, de inspiração saudita, no Norte do Iémen. As tensões entre os *Houthis* e o governo iemenita escalaram no seguimento de uma tentativa falhada de detenção do líder, Hussein al-Houthi, em junho de 2004, por agitação antigovernamental. Hussein, recorrendo à *Juventude Crente*, atuou no sentido de expulsar tropas governamentais e burocratas de Saada, de forma a adquirir o controlo total da província. A reação do governo iemenita foi o aumento da presença militar na região, numa luta continuada até à morte de Hussein, em setembro de 2004. O conflito teve continuidade, sob a liderança de Abdul Malik al-Houthi (Terrill, 2014:432-433).

Em janeiro de 2011 tiveram início os protestos da Primavera Árabe no Iémen, conduzidos por jovens e ativistas, que apelam publicamente à mudança do regime político. Em novembro, o Presidente Saleh aceitou a renúncia e a transferência de poderes executivos para o então vice-presidente, Abd Rabu Mansur al-Hadi, eleito em fevereiro de 2012, por um período transitório de 2 anos⁶ (Clausen, 2018:566). Não obstante, os *Houthis* não participaram no referendo que elegeu formalmente Hadi (Parveen, 2018:132).

Os *Houthis* haviam participado nas manifestações da Primavera Árabe, obtendo um particular destaque na sociedade iemenita, permitindo-se-lhes consolidar as asas políticas e militares do movimento e a aquisição de controlo das províncias de Saada, Al-Jawf, Amran e Hajjah. Ainda assim, o processo transitório não refletiu sucesso no desmantelamento das estruturas de patronagem e na integração das áreas marginalizadas,

⁶ Saleh aceitou a renúncia ao poder através do Acordo de Riade, mediado pela Arábia Saudita e pelo Conselho de Cooperação do Golfo, com apoio norte-americano, o qual garante ao anterior Presidente a não-perseguição.

permanecendo também a competição pelo acesso ao poder entre as elites políticas do país (Juneau, 2016:653, Popp, 2015:1).

O período após a Primavera Árabe marcou-se por um caos político e um vácuo securitário, do qual beneficiaram grupos insurgentes e milícias terroristas, especialmente os *Houthis* e o *Al-Qaeda na Península Arábica*, que conseguiu ocupar Mukalla, a quinta maior cidade do Iémen⁷ (Karakir, 2018:128). Em 2011, o Acordo de Riade estipulava um período transicional de dois anos e a criação da Conferência do Diálogo Nacional, que promoveu a cooperação entre todos os grupos do país e a resolução conjunta das divergências (Esfandiary & Tabatabai, 2016:159).

A Conferência do Diálogo Nacional teve início em março de 2013, e propunha a elaboração de uma nova constituição para o Iémen, amenizar os conflitos entre grupos, nomeadamente entre o Norte e o Sul; reformar a administração pública e o sistema judicial; combater a corrupção endémica; codificar os direitos das minorias e das mulheres; e traçar uma política económica. Os *Houthis*, à semelhança dos diversos grupos separatistas do Sul, rejeitaram muitas das propostas, em especial, o plano de federalização do Iémen em seis regiões⁸ (Popp, 2015:2; Johnston et al., 2020:60). A Conferência do Diálogo Nacional falhou e terminou em janeiro de 2014 (Karakir, 2018:127).

Neste período de transição política o governo iemenita revelou uma incapacidade de exercer o controlo da província de Saada e de alcançar uma solução política face às demandas dos *Houthis*, o que veio dar azo a que o movimento gradualmente crescesse em termos de capacidades e de ambições. De forma a dar cumprimentos aos respetivos objetivos políticos, os *Houthis* estabeleceram uma aliança pragmática com o anterior Presidente Saleh – com quem anteriormente rivalizaram – mediante os objetivos comuns de derrubar o regime de Hadi; de erradicar o *Islah*, o partido político islâmico com maior representação parlamentar; e de assumir o controlo do território iemenita. Nesta lógica, procederam a uma abordagem hostil no território, ocupando a capital iemenita, Sanaa, em setembro de 2014, e posteriormente, assumindo o controlo de pontos estrategicamente cruciais, como o porto de al-Hodeidah, com ligação ao Mar Vermelho. A expansão dos

⁷ Recuperada pelas forças coligação militar liderada pela Arábia Saudita, em 2016.

⁸ Os grupos do Sul opõem-se ao domínio político das elites do Norte do país, e muitos mantêm o desejo separatista.

Houthis seguiu em direção ao Sul do Iémen, tomando partes da cidade de Aden, no início de 2015 (Hokayem & Roberts, 2016:161-162; Parveen, 2018:135).

Em 21 de setembro de 2014, foi assinado um acordo arquitetado entre as partes envolvidas no conflito doméstico, com ajuda das Nações Unidas, que no artigo 1º previa a formação de um novo governo partilhado entre o Presidente Mansur al-Hadi, e as partes envolvidas na Conferência do Diálogo Nacional – os *Houthis*, os grupos separatistas do Sul e os ativistas de 2011. No artigo 8º estipulava-se a elaboração conjunta de uma nova constituição para o Iémen. Porém, o acordo apenas foi parcialmente implementado nas semanas seguintes. Os *Houthis* envidaram esforços para afastar Hadi do poder central (Clausen, 2018:567; Popp, 2015:2; United Nations Peacemaker, 2014).

A rejeição de um projeto de constituição e a expansão do grupo para o sul do país levou à renúncia do Presidente Hadi e do Primeiro-Ministro Khaled Bahah, em 22 de janeiro de 2015. Hadi, em 21 de fevereiro, desloca-se para Aden, declarando-a capital temporária do Iémen. Porém, quando em março, os *Houthis* assumem o controlo da maior parte da cidade de Aden, o Presidente vê-se obrigado a procurar exílio na Arábia Saudita. Os *Houthis* e Saleh criaram um Conselho Político Supremo para a administração conjunta dos territórios conquistados⁹. À semelhança dos anteriores líderes do Iémen, os *Houthis* exercem a patronagem. (Juneau, 2016:653; Popp, 2015:2-3; Brehony, 2020:512). Em 2016, estabeleceram um Governo de Salvação Nacional (Al-Hamdani & Lackner, 2020:7).

A captura de Aden teve como resultado a requisição de Mansur al-Hadi da condução de uma intervenção por parte da Arábia Saudita e dos membros do Conselho de Cooperação do Golfo, para proteger o regime iemenita. Deu-se início à Operação *Tempestade Decisiva*, anunciada pela Arábia Saudita em 25 de março de 2015. Em meados do mesmo ano, os *Houthis* adquiriam controlo total das províncias do Sul e do Oeste do país, através de aquisições negociadas e de campanhas militares. O controlo de Sanaa permite-lhes o controlo da estrutura administrativa centralizada em que incide o regime iemenita. Contudo, viriam a perder o controlo de Aden para as forças separatistas do Sul, apoiadas pela coligação liderada pela Arábia Saudita, em julho de 2015 (Al-Hamdani & Lackner, 2020:9).

⁹ A aliança com Saleh viria a ser desfeita em 2017, tendo sido o anterior Presidente pelos *Houthis*, após desentendimentos.

Oficialmente, os *Houthis* pugnam por um Iémen unido, no qual detenham poder numa escala considerável, se não mesmo total. Todavia, têm demonstrado um menor interesse nas províncias do Sul, desde a perda de controlo destas em julho de 2015. As principais ambições geopolíticas passaram a incidir no controlo de Marib, Al-Hodeidah e Taíz. Marib representa a maior fonte de gás e petróleo, pelo que o controlo desta cidade permite aos *Houthis* a recuperação das perdas financeiras derivadas do corte de ajudas financeiras ao Iémen. Al-Hodeidah, por seu turno, é de importância geoestratégica, não somente pela localização do maior porto marítimo iemenita, mas também por ser uma cidade totalmente *Shafi'i*, pelo que os *Houthis* necessitam de parecer tolerantes face a outras comunidades, de modo a não serem acusados de sectarianismo por parte da comunidade internacional. Em Taíz pretendem afastar por completo o governo reconhecido internacionalmente (Al-Hamdani & Lackner, 2020:15-18). Atualmente, controlam o noroeste do Iémen (cfr. Anexo 1), onde reside entre 60% e 65% da população iemenita e se concentram a maior parte dos seguidores do *zaydismo* (Brehony, 2020:512).

Apesar de não constituírem um agente político sofisticado quando comparados com outros atores não-estatais regionais, como o *Hezbollah*, os *Houthis* não são também incapazes de se impor e crescer (Johnston et al., 2020:7). Na década de 1990, o governo iemenita havia adquirido mísseis e rockets soviéticos e norte-coreanos, que culminaram na posse dos *Houthis* após a ocupação de Sanaa (Sharp, 2018:5). Posteriormente, em 2016, demonstraram a posse de veículos aéreos não-tripulados, e em 2018, de drones de longo alcance. Incidentes como as investidas aos navios de guerra norte-americanos e emiratis com mísseis de cruzeiro, na costa iemenita, em 2016; as incursões de novembro de 2017, no Aeroporto de Riade King Khalid, e em dezembro do mesmo ano, ao Palácio de Al-Yamamah, a 900 km de Saada; e em março de 2021, o ataque à maior plataforma de extração de petróleo do mundo, na costa saudita do Golfo Pérsico, com recurso a drones e mísseis balísticos, representam a robustez da posse de armamento pelos *Houthis* (Juneau, 2021:6-7; Johnston et al., 2020:66-67).

6. A Geopolítica do Conflito e Dinâmicas de Equilíbrio de Poder

O Iémen usufrui de uma posição geoestratégica fundamental. Localizado na Península Arábica, é limitado a Norte pela Arábia Saudita, a Este pelo Omã, a Oeste pelo Mar Vermelho, e a Sul pelo Golfo de Aden (cfr. Anexo 2). Na costa sudoeste, é atravessado o Estreito de Bab-el-Mandeb, que cruza uma parte do Canal do Suez, estabelecendo uma ligação entre o Oceano Índico e o Mar Vermelho (cfr. Anexo 3) (Munteanu, 2015:59). O Estreito de Bab-el-Mandeb é, desde a década de 1930, uma rota do comércio petrolífero, onde são transportados diariamente cerca de 3,3 milhões de barris de petróleo. O Mar Vermelho, por seu turno, conecta o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico, ligando a Europa ao Golfo Pérsico (Kadri, 2020:24; Amiri & Mirzaei, 2021:382-384).

Neste sentido, o Iémen funciona como um *pivot* geopolítico, correspondendo à definição do termo fornecida por Brzezinski (1997:41) – Estados cuja importância deriva respetiva da localização geográfica, e cuja condição interna vulnerável pode moldar o comportamento de determinados atores geoestratégicos. Este conflito doméstico tem sido marcado pelo envolvimento de atores geoestratégicos, apresentando cada parte um interesse próprio, doravante explorados.

6.1. O Envolvimento de Atores Externos no Conflito

Tendencialmente, os Estados Falhados são descritos como agentes prejudicadores da segurança e da estabilidade regional em que se inserem, na medida em que comumente enfrentam disputas étnicas e/ou rivalidades tribais na ordem interna. A combinação do argumento dos Estados Falhados como ameaça securitária e a perceção de que as elites internas são parte do problema tornaram legítimas as intervenções por parte de atores externos em conflitos domésticos (Clausen, 2019:490).

Desde o fim da Guerra Fria, tem-se assistido à condução de intervenções militares, por parte de potências globais ou regionais, em determinados conflitos internos. Frequentemente, essas operações ocorrem quando surgem interesses por parte das forças externas em atuação. Quando o interventor não consegue alcançar os objetivos propostos na intervenção, tende a apostar na continuação da escalada do conflito. Deste modo, operações idealizadas para o curto-prazo transformam-se em guerras duradouras e altamente dispendiosas (Darwich, 2020:103).

6.1.1. A Coligação Liderada pela Arábia Saudita

A forte probabilidade de o Iémen exportar a instabilidade interna tanto para a Península Arábica, como para as rotas marítimas de grande importância logística e geoestratégica, foi uma preocupação presente no seio dos Estados-membros do Conselho de Cooperação do Golfo. Após a tomada de Sanaa pelos *Houthis*, Riade suspendeu de imediato o apoio financeiro ao Iémen (Hokayem & Roberts, 2016:161-164; Salisbury, 2015:9). Waltz (1979:166) afirma que sendo o sistema internacional anárquico, para a segurança ser assegurada é crucial a formação de alianças, por parte de Estados que reúnem alguns interesses comuns, designadamente o receio de outros Estados.

Em 25 de março de 2015, a Arábia Saudita anunciou o lançamento de uma ofensiva no Iémen sob a designação de *Operação Tempestade Decisiva*, manifestando as pretensões de restaurar o governo legítimo e reconhecido internacionalmente de Abd Rabu Hadi e de salvar a população iemenita da agressão *houthi*. Horas depois, oito Estados da região – Egito, Bahrain, Kuwait, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Sudão e Marrocos – prontificaram-se a apoiar esta intervenção e aceitaram participar na mesma, formando-se uma coligação. Expectava-se que em uma semana fossem alcançados os objetivos propostos. Em 21 de abril de 2015, os membros da coligação anunciaram o fim da *Operação Tempestade Decisiva*, sucedida pela *Operação para Renovação da Paz*, que consistiria numa transição da lógica de atuação de operações militares para um processo político. Porém, na prática, manteve-se a campanha ofensiva. Alguns membros da coligação foram-se retirando – Marrocos, em 2019; Qatar, em 2017, enquanto outros Estados, tais como o Egito e a Jordânia reduziram o envolvimento militar a uma mera participação nominal (Darwich, 2020:104).

A coligação recebeu outros apoios externos, destacando-se o Senegal, que em maio de 2015, anunciou a contribuição de 2100 soldados; a Eritreia, que disponibilizou as ilhas Hanish, situadas a 29 km do Iémen, e o uso do porto de Assab aos Emirados, por 30 anos para derrotar os *Houthis* (Hokayem & Roberts, 2016:171). Os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a França apoiaram diplomaticamente a coligação, auxiliando na conquista de apoio político no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Brehony, 2020:511). Importa frisar que este apoio prestado à coligação por parte das potências ocidentais prende-se com a questão securitária, isto é, evitar que o Estado Falhado iemenita seja um palco para a expansão de capacidades de organizações

terroristas, nomeadamente o *Al-Qaeda na Península Árabe* e o ISIS (Parveen, 2018:137).

Numa fase inicial, os Emirados Árabes Unidos foram um dos membros mais proativos da coligação liderada pela Arábia Saudita, manifestando as pretensões de derrotar os grupos extremistas do Iémen, nomeadamente o *Al-Qaeda na Península Árabe*, e travar a expansão de influência iraniana. A expansão *houthi* e a tomada de Aden constituíram ameaças à segurança marítima dos Emirados. Assim, tornou-se primordial a conquista de influência nos portos das costas do sul do Iémen, estabelecendo bases e instalações nas ilhas iemenitas de Socotra e Perim, e na cidade de Assab, na Eritreia. No contexto da oposição ao *Islah*, os Emirados desde 2015 desenvolvem uma proximidade com os grupos separatistas do Sul do Iémen, que historicamente se opõem ao partido islâmico. Este apoio materializou-se sob a ajuda na formação, em 2017, do Conselho de Transição do Sul, uma coligação que agrega os vários grupos independentistas. Um dos grupos mais importantes é o *Cinto de Segurança*, composto por cerca de 15 mil soldados, que foi crucial na expulsão dos *Houthis* de Aden (Juneau, 2020:191-193). Apesar do sentimento anti-*Houthi* partilhado pela coligação e os grupos do Sul, a Arábia Saudita revela uma maior dificuldade em se relacionar com estes (Hokayem & Roberts, 2016:172).

Abu Dhabi viria também a revelar aspirações de se estabelecer como um dos maiores atores no comércio internacional, mediante o controlo dos portos do Mar Vermelho e de projeção de poder no continente africano (Fuller & D’Hauthuille, 2018, citado por Darwich, 2020:107-108). Com efeito, os Emirados Árabes Unidos concederam apoio a diversas milícias, tribos e grupos do Sul do Iémen, permitindo-se consolidar a presença naval emirati na África Oriental, designadamente na Eritreia, no Djibouti e na Somalilândia (Darwich, 2020:108-110). Administrando Aden e o arquipélago de Socotra, os Emirados procuram controlar as rotas marítimas cruciais para o comércio internacional no Golfo de Aden e no Mar Árabe¹⁰ (Pradhan, 2020:4).

No entanto, a participação dos Emirados Árabes Unidos na coligação foi revista em 2019, decidindo-se que os custos da intervenção superavam os benefícios. A partir de junho, Abu Dhabi deu início a uma parcial retirada e redefinição das forças estacionadas no Iémen, afirmando que o foco seria doravante as operações de contraterrorismo e menos

¹⁰ Em agosto de 2019, o Conselho de Transição do Sul capturou Aden, o que desencadeou uma resposta militar por parte do governo. Neste seguimento, os Emirados lançaram bombardeamentos aéreos contra as forças governamentais em Aden – colocando ironicamente os Abu Dhabi em antagonismo com Riade.

o combate aos *Houthis*. Contudo, manteve-se o apoio prestado à família de Saleh e às milícias do Sul (Juneau, 2020:195-196).

6.1.2. O Irão

Os *Houthis* dispõem de muito poucos aliados na cena internacional, uma vez que apresentam uma clara rejeição dos mecanismos de diplomacia internacional, que alegam ser controlados pelos Estados Unidos da América, a Arábia Saudita e o Estado de Israel. Deste modo, o relacionamento-chave dos *Houthis* é com o Irão, o qual se tem expandido e aprofundado no desenrolar do presente conflito. Com efeito, os *Houthis* constituem o aliado mais barato do Irão ao nível regional, com os quais partilham interesses comuns, e não tanto crenças ideológicas. Inicialmente, o envolvimento iraniano no Iémen tinha como objetivo desviar as atenções sauditas do conflito na Síria – para Teerão era prioritário a consolidação da aliança com a família Assad. O envolvimento aprofundou-se, numa fase posterior, em grande parte como resposta face ao reforço da aliança entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos da América sob a administração de Donald Trump (Al-Hamdani & Lackner, 2020:19).

A par do Irão, os *Houthis* detêm uma parceria com o *Hezbollah*, movimento libanês também apoiado pelo Irão ao nível financeiro, político e militar. O *Hezbollah* concede apoio tático, sendo frequente o deslocamento de líderes *houthis* ao Líbano, onde recebem treino e aconselhamento. Um símbolo desta parceria é representado pelo estabelecimento em 2011, por parte dos *Houthis*, da própria estação televisiva, *Al-Masirah*, sediada em Beirute (Al-Hamdani & Lackner, 2020:20; Esfandiary & Tabatabai, 2016:165; Juneau, 2021:9).

6.1.3. O Sultanato de Omã

O Sultanato de Omã assume um papel de neutralidade no conflito iemenita, mantendo relações cordiais com todos os atores, dada a vulnerabilidade geográfica de Mascate, derivada da proximidade física tanto com o Irão, como com a Arábia Saudita. Nesse sentido, tem facilitado diálogos formais e informais entre as partes envolvidas, nomeadamente entre os *Houthis* e a Arábia Saudita (Juneau, 2021:10).

Contudo, evidências sugerem a prestação de alguma assistência logística aos *Houthis* por parte de Mascate, nomeadamente no que diz respeito à entrada ilegal de armas e munições no Iémen, através da fronteira frágil que divide os dois territórios. De igual

modo, os *Houthis* recorrem ao câmbio monetário e às transações financeiras com o Irão, através dos bancos omanitas, assim como as viagens efetuadas por parte dos líderes do movimento para o Irão decorrem a partir de Omã, alguns dos quais se encontram estabelecidos neste país, como é o caso do negociador-chefe, Mohammed Abdulalam (Juneau, 2021:9-10).

6.1.4. Os Estados Unidos da América

Os Estados Unidos, sob a administração de Barack Obama, apoiaram a coligação liderada pela Arábia Saudita, através da partilha de *intelligence*, do abastecimento de aeronaves, da venda de armas e na concessão de apoio diplomático. Para Obama, era crucial a defesa do regime legítimo de Hadi, com quem mantinha um melhor relacionamento em comparação com a presidência de Saleh, além de constituir um importante parceiro de contraterrorismo na luta contra o *Al-Qaeda na Península Arábica*. A expansão do controlo dos *Houthis* foi encarada como uma afronta aos interesses norte-americanos e uma violação do Direito Internacional. Mais ainda, havia o interesse de melhorar as relações norte-americanas com a Arábia Saudita e os demais Estados árabes que, em 2015, se encontravam debilitadas, nas circunstâncias da assinatura do acordo nuclear com o Irão, ao qual se opunham os aliados do Golfo Pérsico, cujas parcerias são vitais para a salvaguarda dos interesses energéticos e securitários da Casa Branca (Malley & Pomper, 2021).

Porém, a intervenção levada a cabo pela coligação revelou-se bastante agressiva, ao se basear mormente na restrição de importações no porto de al-Hodeidah e no bombardeamento de infraestruturas fulcrais e de bairros residenciais. De modo a reduzir o impacto da intervenção na população civil, oficiais norte-americanos desenvolveram “*no strike lists*” para os pilotos sauditas. Nos últimos seis meses da presidência de Obama, a administração procurou a redução da venda de armas e munições aos sauditas. Contudo, a administração Trump seguiu uma trajetória contrária, uma vez que pretendia aumentar a venda de armas e tornar o Iémen numa frente de batalha de pressão máxima face ao Irão, no contexto da crescente tensão com a República Islâmica que marcou a política externa norte-americana deste período (Malley & Pomper, 2021). Assim, durante a era Trump, a população iemenita foi banida de adquirir vistos de entrada para os Estados Unidos da América, e foi assinado com a Arábia Saudita um acordo de armamento no valor de 110 mil milhões de dólares (Parveen, 2018:138).

O Iémen assume também um papel estratégico também no quadro da rivalidade entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China. Para Washington é imperativo o controlo do Estreito de Bab-el-Mandeb, visto que o domínio deste *chokepoint* é fundamental para a reprodução do sistema capitalista global dominado pela hegemonia norte-americana (Kadri, 2020:25). De acordo com Kadri (2021:107), os interesses norte-americanos na guerra do Iémen prendem-se com a manutenção de hegemonia no mundo árabe, de forma a controlar o valor do petróleo. Esta hegemonia seria posta em causa com o empoderamento dos Estados árabes, ao nível da soberania e das condições de vida. A desintegração do Iémen permite a militarização do Estreito de Bab-El-Mandeb por parte das forças sauditas, travando a expansão da presença de Pequim no Médio Oriente.

A China, por seu turno, embora não participe no conflito nem faça declarações sobre o mesmo, considera o Iémen fundamental do ponto de vista geopolítico, pelo que no período anterior à guerra, constituía o segundo maior parceiro comercial do Iémen, seguido da Arábia Saudita. Não obstante, Pequim já adquiriu uma base militar no Djibouti e obteve direitos sobre o porto de Duqm, no Omã, numa lógica de aproximação aos Estreitos de Bab-el-Mandeb e de Hormuz, enquadrados nos interesses comerciais e de consolidação da *Belt and Road Initiative*. O Irão representa um importante aliado de Pequim, na rivalidade frente a Washington. Deste modo, a estabilização do Iémen com uma modesta representação *houthi* beneficiaria a China no que concerne à projeção de poder no Médio Oriente (Kadri, 2020:29-30,36-39).

6.2. O Interesse da Arábia Saudita na Segurança do Iémen

O Reino da Arábia Saudita assenta em dois princípios fundamentais: a legitimidade da dinastia al-Saud e a orientação política seguindo a religião islâmica, designadamente a doutrina do *Wahhabismo*. Constitui um membro fundador e líder da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, do Conselho de Cooperação do Golfo e da Liga Árabe. Detém a custódia das mesquitas sagradas de Meca e Medina, emergindo como um líder natural do Islão, construindo uma identidade baseada no autoproclamado guardião da estabilidade regional, providenciando ajuda aos Estados vizinhos em maior necessidade (Ghoble, 2019:43).

De acordo com o Stockholm International Peace Research Institute, entre 1988 e 2018, a Arábia Saudita constitui o terceiro maior Estado com investimento militar, seguido

apenas dos Estados Unidos e da China (citado por Kaptan, 2021:57). Kadri (2021:112) defende que este investimento militar saudita tem como objetivo a projeção de poder regional e a continuação da guerra no Iémen.

A Arábia Saudita, desde sempre encarou a fronteira com o Iémen como uma potencial ameaça securitária, tendo-se oposto firmemente à unificação, temendo o nascimento de um país mais poderoso a sul do Reino, capaz de ameaçar a integridade territorial saudita e o respetivo posicionamento hegemónico regional. Deste modo, Riade sempre apresentou um interesse na manutenção das tensões dos grupos do sul do Iémen, embora também fosse imperativo evitar uma “nova Somália” no Golfo Pérsico (Munteanu, 2015:60).

O Iémen é particularmente importante para Riade enquanto zona de influência, pelo que durante décadas a Arábia Saudita sempre esteve envolvida nas questões iemenitas. O controlo saudita do país confere prestígio ao Reino (Esfandiary & Tabatabai, 2016:155; Karakir, 2018:130). De acordo com Karakir (2018:130), existem quatro motivos para a Arábia Saudita pretender estabilizar o Iémen: (i) garantir a segurança fronteiriça; (ii) travar as ambições hegemónicas regionais do Irão; (iii) combater ameaças terroristas; (iv) salvaguardar a segurança do Médio Oriente.

Nesta lógica, os líderes sauditas tendencialmente adotaram uma política de contenção relativamente ao Iémen, conferindo determinados apoios que permitissem a manutenção de qualquer regime político de Sanaa, de modo a evitar um Estado colapsado na fronteira, o que impactaria na segurança de Riade. Assim, na década de 1980, Riade tornou-se um patrono tanto do governo iemenita, como dos líderes militares e tribais, mediante o pagamento de uma estipendia mensal (Salisbury, 2015:3-4).

Durante os seis ciclos de guerra, entre 2004 e 2010, a Arábia Saudita apoiou a campanha de violência do Presidente Saleh na luta contra os *Houthis*, na província de Saada (Salisbury, 2015:9). Durante a Operação *Terra Queimada*, que teve início em Saada, em 11 de agosto de 2009, assistiu-se a uma intervenção militar direta da Arábia Saudita, em novembro, após alguns rebeldes atravessarem a fronteira e assassinares dois guardas fronteiriços¹¹ (Terrill, 2014:433). A intervenção saudita baseou-se no recurso a

¹¹ Os sauditas descontinuaram o envolvimento em fevereiro de 2010, após um cessar-fogo.

artilharia de fogo e na imposição de um bloqueio naval na costa noroeste do Iémen (Juneau, 2016:652).

Em 2011, no seguimento da Primavera Árabe e do enfraquecimento dos regimes árabes, a agenda saudita traçou a busca da liderança regional como prioridade. Em 2014, a morte do Rei Abdullah e a subida ao poder do Rei Salman, que nomeou o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman como Ministro da Defesa, incrementou uma mudança no processo de tomada de decisão, que transitou de um sistema consultivo para um processo mais centralizado. O golpe de Estado no Iémen derivado da ocupação de Sanaa foi encarado como uma oportunidade de consolidar o posicionamento saudita, recorrendo-se ao uso desproporcionado da violência no conflito. Todavia, a guerra revelou ser um fracasso. Os bombardeamentos aéreos, que tinham como objetivo enfraquecer a capacidade de atuação dos *Houthis*, resultaram na retaliação por parte das forças *Houthis*, que conduziram ataques junto das fronteiras sauditas (Darwich, 2020:106-107).

A Operação *Tempestade Decisiva* foi anunciada a 25 de março, após o Presidente Hadi ter requisitado assistência ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para travar o avanço dos *Houthis* para Aden (Stenslie, 2015:1). A Arábia Saudita perceciona a intervenção como um esforço para restaurar a soberania iemenita e facilitar o desenvolvimento do Iémen como um Estado *weberiano*, capaz de exercer o monopólio do uso legítimo da força (Clausen, 2019:492). Porém, afiguram-se interesses nacionalistas, tais como a melhoria da imagem saudita, no contexto da recente humilhação após a tentativa falhada de defesa contra o regime de Bashar al-Assad na Síria; a consolidação do estatuto de potência hegemónica do mundo sunita; e a contenção da esfera de influência iraniana (Stenslie, 2015:2).

Os objetivos-chave residiam na reconquista da integridade territorial do Iémen ao governo do Presidente Hadi e a aniquilação dos *Houthis*. Com o evoluir dos acontecimentos, a agenda tornou-se mais focalizada na defesa de Aden e no travar da expansão do controlo *houthi* para o Centro e Sul do Iémen. A primeira fase desta campanha baseou-se, essencialmente, na condução de fortes bombardeamentos aéreos, tendo em vista a destruição das capacidades de defesa aérea e costeira; e na imposição de bloqueios navais, como forma de prevenção do abastecimento externo de armas aos *Houthis*. Aproximadamente dois meses depois, os alvos centraram-se nas infraestruturas rodoviárias e de abastecimento energético, com o objetivo de limitar a mobilidade interna

do grupo. Mesmo após o fim proclamado da *Tempestade Decisiva*, os bombardeamentos continuaram e até se intensificaram – operações que vieram a ser condenadas em fóruns internacionais atendendo ao impacto humanitário da guerra (Hokayem & Roberts, 2016:165-167).

A par dos bombardeamentos aéreos, foram também impostos bloqueios navais e aéreos com o intuito de prevenir o abastecimento de armamento aos *Houhtis*, mas que acarretaram consequências humanitárias desastrosas para a população civil, uma vez que o Iémen importa mais de 80% dos bens alimentares, combustíveis, medicamentos e outros bens essenciais que consome (Fink, 2017:292; Sowers & Weinthal, 2021:162; Votel et al., 2021:13). Em 10 de abril de 2015, o governo iemenita declarou o fecho das águas territoriais a barcos comerciais e humanitários que, doravante, só entrariam com autorização do governo. Sobretudo pretendia-se fechar a costa ocidental do Iémen, nomeadamente, o porto da cidade de al-Hodeidah, como forma de prevenção do fornecimento de armas aos *Houthis*. (Fink, 2017:292-294). Em 14 de abril, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 2216, estipulando um embargo de armamento nos parágrafos 14 a 17 (Conselho de Segurança da ONU, 2015). Em janeiro de 2016, a coligação lançou a Operação *Vitória Dourada*, com o intuito de recuperar o controlo da costa ocidental do Iémen (Karakir, 2018:128).

Embora se destaque o sucesso da coligação na expulsão do movimento de Aden, tal como em 2009, os *Houthis* têm revelado capacidades de conduzir ataques no solo saudita, demonstrando resiliência militar (Hokayem & Roberts, 2016:168-169). Não obstante o uso de armamento sofisticado por parte das forças da coligação liderada pela Arábia Saudita, esta estratégia tem-se revelado ineficaz face às tentativas de terminar o conflito e depor os *Houthis*. Os bombardeamentos aéreos atingem maioritariamente a população civil, e não tanto os rebeldes. O facto de Riade não ter empreendido forças terrestres no Iémen revela uma certa incapacidade estratégica e o desconhecimento das táticas dos *Houthis* no território iemenita (Kaptan, 2021:67-69). Em resultado, a intervenção teve um resultado contrário ao proposto – os *Houthis* desenvolveram uma aproximação crescente ao Irão, e permitiu-se o crescimento de grupos extremistas, nomeadamente o *Al-Qaeda na Península Arábica* (Darwich, 2020:106).

6.3. O Apoio do Irão Prestado aos *Houthis*

O Irão tem se apresentado como um Estado revisionista na região, demonstrando uma estratégia de apoio a grupos rebeldes e movimentos de resistência que emergem em outros Estados, cuja ordem interna é marcada pela insegurança, como um dos pilares-chave da política externa. Três fatores influenciam a decisão de Teerão em apoiar um ator não-estatal em particular: (i) o grau de Estado Falhado onde o grupo se insere, dada a facilidade de expandir a capacidade de influência numa sociedade onde a autoridade central é fraca, embora nunca intervindo diretamente nas crises domésticas (Juneau, 2016:648); (ii) a posição geográfica, apresentando uma preferência pela expansão da capacidade de influência em Estados onde existe uma contiguidade territorial com os principais atores rivais, designadamente Israel e a Arábia Saudita; (iii) atores insatisfeitos e que demonstram uma rejeição face à ordem política doméstica dominante e/ou ao *status-quo* regional caracterizado pela presença norte-americana e a hegemonia saudita (Juneau, 2021:2).

Assim, na lógica da perceção de ameaça norte-americana, Teerão investe no apoio a atores não-estatais, que podem apresentar benefícios no curto-prazo e contribuir para a concretização dos objetivos de longo-prazo, tais como a reestruturação da ordem regional e a expansão de influência iraniana no Médio Oriente (Johnston et al., 2020:5). Numa fase inicial, a República Islâmica começa por explorar os grupos, mediante o estabelecimento de contactos e providência de assistência logística em níveis muito limitados, de modo a perceber qual o potencial parceiro e o mais rentável na prossecução dos objetivos geostratégicos (Juneau, 2021:2). O *shiismo* não constitui um critério para o estabelecimento de uma parceria – o *Hamas* e a *Jihad Islâmica*, grupos *sunitas* que se opõem ao Estado de Israel são aliados iranianos históricos e de grande relevância (Juneau, 2016:649; Amiri & Mirzaei, 2021:397).

Historicamente, o contacto entre o Irão e os *Zayditas* do Iémen era bastante limitado. Após a Revolução Islâmica de 1979, alguns *zayditas*, em pequeno número, começaram a deslocar-se ao Irão para a frequência de estudos religiosos, na cidade de Qom, destacando-se os irmãos Hussein e Abdul Malik al-Houthi (Juneau, 2016:655-657). Os *Houthis* afiguram ser de relativa importância aos interesses iranianos, nos contextos nacional e regional, uma vez em que apoiam o Irão na condição de líder espiritual do *shiismo* (Amiri & Mirzaei, 2021:397). Apesar de os *Houthis* serem *shiitas*, rejeitam várias crenças fundamentais do *shiismo* iraniano (Esfandiary & Tabatabai, 2016:157).

Além do apoio religioso, o Iémen é estrategicamente importante para o Irão, nomeadamente no que respeita à criação de instabilidade na zona fronteiriça com a Arábia Saudita e na imposição de custos securitários ao Reino, o que pode desencadear uma permeabilização de redes terroristas transnacionais fixadas no território iemenita. Ao subsidiar o grupo, Teerão aplica um investimento de baixo custo e sem envolvimento direto no conflito, enquanto para Riade acarreta elevados custos na condução da intervenção militar (Johnston et al., 2020:64-65; Al-Hamdani & Lackner, 2020:20).

Os *Houthis* têm visto a sua posição no Iémen reforçada em virtude da parceria com o Irão. Numa fase inicial, o apoio iraniano limitava-se a uma mera assistência técnica no desenvolvimento de competências táticas. Antes de 2010, os *media* iranianos poucos comentários públicos fizeram acerca da crise no Iémen, rejeitando qualquer argumento de que Teerão estaria a conceder apoio aos *Houthis*. No período anterior à Primavera Árabe, o Estado iemenita era fraco, mas funcional, pelo que a penetração iraniana era mais difícil (Johnston et al., 2020:63-64).

Juneau (2021:3-4) aponta a possibilidade de existência de contactos muito limitados entre o Irão e os *Houthis* previamente à primeira guerra de Saada, em 2004. No último ciclo de guerra, em 2009, a Arábia Saudita permitiu o uso do respetivo território às tropas iemenitas para combater os *Houthis*, o que resultou no lançamento de incursões no solo saudita por parte do grupo armado, o que sugere que o Irão poderá terá fornecido algum equipamento militar, ainda que em quantidades muito reduzidas.

O apoio político e diplomático do Irão aos *Houthis* sempre foi evidente, mas a assistência militar nem sempre foi fácil de provar. A natureza do envolvimento iraniano no Iémen parece ter evoluído desde 2011, no âmbito da intensificação da rivalidade iraniano-saudita e do acúmulo de poder conquistado pelos *Houthis*. O Irão é o único Estado que reconhece o governo iemenita liderado pelos *Houthis*, simbolizado esse reconhecimento pelo envio de um embaixador, Hassan Erloo, para Sanaa em 2020. Os *Houthis*, no ano anterior, haviam enviado um embaixador para Teerão, Ibrahim Mohared Al-Dailami (Terrill, 2014:430-431,435; Juneau, 2021:4-6).

No primeiro ano do atual conflito, a assistência iraniana baseava-se essencialmente em aconselhamento militar e treinamento. Os interesses do Irão no Iémen eram limitados, não constituindo uma prioridade geostratégica como o Iraque, a Síria ou o Líbano, e por isso não tendo mobilizado as forças Quds; além do receio de que os custos de um maior

envolvimento superassem os benefícios. Posteriormente, a crescente sofisticação dos ataques lançados pelos *Houthis* sugere a expansão do fornecimento iraniano de equipamento militar e armas, tais como drones, mísseis balísticos e armas antitanque. Importa destacar que o Irão nunca adquiriu a capacidade de moldar os eventos no Iémen, nem de controlar os *Houthis* (Brehony, 2020:513-514; Esfandiary & Tabatabai, 2016:156; Juneau, 2016:658-661; Al-Hamdani & Lackner, 2020:20).

No entanto, coloca-se a questão sobre como entram as armas no território iemenita durante a vigência do bloqueio aéreo e naval saudita. Juneau (2021:9), sugere que o fornecimento de armas decorra por via marítima em pequenos barcos, escondidas debaixo de mercadorias, ou através da ténue e permeável fronteira com o Sultanato de Omã. Estima-se que a cidade portuária de Al-Hodeidah seja o principal ponto de entrada de abastecimento iraniano às forças *houthis* (Johnston et al., 2020:69). Contudo, o arsenal *houthi* não provem exclusivamente do Irão, mas também da absorção, coerciva ou negociada, de unidades do exército iemenita, das alianças com milícias tribais, e compras no mercado negro, e também adquiridas do governo (Juneau, 2021:11).

Segundo Kendall (2017:4), para o Irão alcançar os objetivos a que se propõe, não necessita de abastecer os *Houthis* de armamento sofisticado – apenas de criar esta sensação, o que aumenta naturalmente a capacidade de expansão de influência, na medida em que são captadas as atenções da comunidade internacional, tornando-se um ator-chave regional. Ao antagonizar com a Arábia Saudita, que investe diretamente numa guerra dispendiosa e duradoura, afiguram-se vantagens ao Irão, nomeadamente o impacto nas finanças sauditas, a menor atenção do Reino ao conflito da Síria, e o prejuízo da imagem saudita na comunidade internacional, atendendo à dimensão humanitária do conflito iemenita. Tal como preconizara Waltz (1979:171), numa competição entre dois poderes, as perdas de um representam os ganhos do outro.

7. A Rivalidade Iraniano-Saudita

Cohen (2015:51-53) define potências de segundo grau como Estados que apresentam vantagens em termos de capacidades militares e económicas em comparação com os países vizinhos, e demonstram uma capacidade de adquirir sustento de uma grande potência, sem se tornar um Estado satélite, por via de alianças político-militares extrarregionais ou ligações comerciais ou ideológicas. Tendencialmente, apresentam aspirações de aquisição de um estatuto de hegemonia regional, embora enfrentem constrangimentos geopolíticos, não detendo o domínio da região por completo, ainda que possuam capacidade de influenciar os Estados mais próximos. O autor afirma que a Arábia Saudita e o Irão são potências de segundo grau, constituindo os principais poderes da região do Médio Oriente, embora o Irão se encontre num nível mais avançado. Ambos constituem atores geostratégicos, uma vez que detêm capacidade de exercício de poder ou de influência além-fronteiras (Brzezinski, 1997:40), sendo visível através da guerra do Iémen – a Arábia Saudita através da continuação da campanha militar durante um longo período, demonstrando sucesso em algumas operações, como foi a expulsão dos *Houthis* de Aden; enquanto o Irão ao aprofundar os laços com o movimento, expandiu a esfera de influência.

No período precedente à Revolução Islâmica de 1979, o regime iraniano do *shah* não somente cooperava com a Arábia Saudita na concessão de apoio ao Imanado *Zaydita*, mas também detinha boas relações com a administração colonial britânica que regia o Iémen do Sul, até 1967 (Salisbury, 2015:4). Após a Revolução, liderada pelo *ayatollah* Ruhollah Khomeini, o Irão passou a constituir um dos maiores rivais dos Estados Unidos da América, opondo-se à hegemonia e presença norte-americana no Médio Oriente. Em 1981, foi fundado o Conselho de Cooperação do Golfo, por parte dos Estados árabes aliados a Washington, numa lógica de contenção do Irão, embora alguns países-membros sejam também importantes parceiros económicos de Teerão (Cohen, 2015:381,404). O Iémen do Norte manteve relações de proximidade com a Arábia Saudita e o Iraque de Saddam Hussein, e manifestando oposição ao regime do *ayatollah*; enquanto o Iémen do Sul edificou laços de amizade com Teerão, em virtude da oposição partilhada ao

colonialismo das potências ocidentais e à hegemonia das monarquias do Golfo Pérsico¹² (Salisbury, 2015:4).

De acordo com Litvak (2017:49-50), o antagonismo entre a Arábia Saudita e o Irão assenta na disputa pelo estatuto de poder hegemónico regional; na competição económica sobre o preço do petróleo; e na reivindicação mútua do estatuto de líder do mundo islâmico, incorporando-se uma dimensão sectária a esta rivalidade geopolítica, em que se opõem diretamente o *wahhabismo* e o *shiismo*¹³. Observa-se ainda uma rejeição recíproca entre os respetivos modelos de governação, cada qual defendendo a legitimidade islâmica e com visões opostas no que concerne à ordem regional – o Irão abomina o sistema monárquico saudita, considerando que este vai contra os princípios da fé islâmica, apresentando um regime baseado na liderança de autoridades religiosas.

De certo modo, a rivalidade iraniano-saudita no Médio Oriente tem sido explorada pelas potências externas. A Arábia Saudita desde sempre expressou uma rejeição dos valores da anterior União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, preferindo o capitalismo ao comunismo, o que determinou um alinhamento aos Estados Unidos da América. A cooperação entre Washington e Riade remonta ao acordo de petróleo de 1945. Contrariamente, o Irão, desde 2006, tem enfrentado a imposição de sanções económicas por parte do Ocidente, em reação ao programa nuclear apresentado por Teerão, uma condição de isolamento e de privação económica regional e internacional tem sido vivenciada pela República Islâmica. O posicionamento da China tem também tido um papel fundamental, no âmbito da oposição de Pequim às sanções norte-americanas, dando continuidade às importações de petróleo iraniano, e deste modo fazendo frente às alianças ocidentais (Ghoble, 2019:49; Hussain, 2015:35). O Irão dispõe também de uma relação securitária com a Rússia, tendo cooperado largamente na defesa do regime sírio de Bashar al-Assad, embora não tenha recorrido a Moscovo na mesma proporção que o Reino saudita aos Estados Unidos (Phillips, 2020:8). Em suma, para a Arábia Saudita, a segurança do Golfo Pérsico é mantida através de uma profunda relação com os Estados Unidos da América, enquanto o Irão percebe que a segurança deve ser mantida apenas pelos Estados que formam a região (Mabon et al., 2021:67).

¹² Após a unificação do Iémen, o regime de Saleh demonstrava-se aberto a estabelecer relações com qualquer Estado que servisse os seus interesses.

¹³ A intitulação oficial do Supremo Líder do Irão é “*Guardião dos Muçulmanos*”, enquanto a designação do rei saudita é “*Servo dos Dois Santuários Sagrados*”.

Uma vez que constituem forças cruciais na ordem regional, a estabilidade do Médio Oriente deve assentar na cooperação entre ambos. Atualmente não dispõem de relações diplomáticas oficiais, o que agrava o dilema securitário (Alzawahreh, 2021:32-33). Em 2016, na sequência do ataque na Embaixada da Arábia Saudita em Teerão por parte de manifestantes iranianos, em protesto face ao assassinato do clérigo saudita *shiita* Nimr al-Nimr, opositor da monarquia, Riade declarou um corte de relações diplomáticas, o que vem coincidir com o posterior início dos ataques empregues pelas forças *houthis* no território saudita (Al-Aloosy, 2022). O tráfego comercial entre a Arábia Saudita e o Irão também é escasso. O último encontro económico entre Riade e Teerão data de 2005, tendo as relações comerciais se deteriorado sobretudo a partir de 2007 e apresentado uma queda dramática a partir de 2015 (Mabon et al., 2021:75).

7.1. A Competição pela Hegemonia do Médio Oriente

No seguimento da invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos da América, em 2003, e posterior queda do regime de Saddam Hussein, deu-se a subida ao poder das fações *shiitas* iraquianas, o que veio alterar o equilíbrio de poder regional em favor do Irão. Deste modo, formou-se um *Eixo de Resistência* frente aos Estados Unidos, à Arábia Saudita e ao Estado de Israel, liderado pelo Irão, do qual são aliados o Iraque, a Síria, o movimento palestino *Hamas* e o *Hezbollah* do Líbano (Gul et al., 2021:18; Litvak, 2017:52). Com efeito, o Irão detém o estatuto de potência de segundo grau em nível elevado, enquanto a Arábia Saudita se situa num nível intermédio (Cohen, 2015:53). Esta expansão da esfera de influência iraniana fez crescer o sentimento de insegurança para a Arábia Saudita, destacando-se especialmente o receio no apoio prestado aos *Houthis* do Iémen, cujo crescimento veio desafiar os interesses geopolíticos e securitários de Riade (Alzawahreh, 2021:32).

A rivalidade estratégica entre a Arábia Saudita e o Irão assume contornos de ordem económica, militar e política. Atendendo a que ambos os poderes possuem uma vasta riqueza em recursos energéticos, a competição torna-se mais complexa sobre os mercados globais – enquanto o Irão pugna pelo aumento do preço do petróleo, uma das maiores fontes de rendimento da economia da República Islâmica, a Arábia Saudita envia esforços para manter a cotação mais baixa, para uma sustentabilidade de longo prazo, mas também de modo a causar prejuízo económico ao adversário (Mirza et al., 2021:6).

No campo militar, o Irão defende que o programa nuclear de que dispõe serve exclusivamente para propósitos pacíficos e energéticos, embora a Arábia Saudita encare com desconfiança as pretensões iranianas, implementando-se um fator de destabilização. No entanto, a maior fonte de resistência entre Riade e Teerão reside no apoio iraniano a grupos e atores não-estatais que manifestam uma oposição aos respetivos regimes internos ou mesmo ao *status-quo* regional (Gul et al., 2021:20-22). A venda de munições por parte dos Estados Unidos à Arábia Saudita assinala esta rivalidade geopolítica – para Washington é crucial o fortalecimento da posição saudita enquanto o Irão constituir uma ameaça nuclear (Cohen, 2015:413).

Deste modo, a corrida ao armamento tem se observado por parte dos dois poderes, marcando um ambiente altamente competitivo e de desconfiança, indo ao encontro da reflexão de Waltz (1979:118) acerca dos esforços internos pelos quais os Estados enveredam de modo a alcançarem os objetivos a que se propõem, onde se inserem as manobras para reforçar as capacidades económicas, militares e estratégicas. Contudo, evidencia-se uma disparidade em termos de capacidades materiais entre ambos os poderes. O Irão apresenta uma maior população e vantagens em termos de exército convencional, enquanto o Reino saudita dispõe de um maior desenvolvimento económico e equipamentos bélicos mais sofisticados, nomeadamente na força aérea. Todavia, nenhuma das partes demonstrou interesse numa confrontação direta (Phillips, 2020:8).

7.2. As Relações no Pós-Primavera Árabe

Os eventos da Primavera Árabe, em 2011, deram início a uma nova fase na rivalidade iraniano-saudita. O Irão manifestou apoio às revoltas populares que procuravam destronar os regimes pró-ocidentais no Médio Oriente. Em contrapartida, a Arábia Saudita procedeu ao envio de tropas para o Bahrain de modo a travar os protestos no país (Litvak, 2017:52). Em virtude deste cenário, deu-se uma reconfiguração da ordem regional (Mirza et al., 2021:4). A Primavera Árabe não cumpriu a proposição de pacificar e democratizar o Médio Oriente, pelo que os regimes ditatoriais que caíram deram lugar a regimes fragmentados e caóticos, que promoveram a instabilidade e o fomento de organizações terroristas como o ISIS, favorecendo novamente o Irão no equilíbrio de poder regional (Cohen, 2015:375; Hussain, 2015:37).

Kamrava (2018:11-14) argumenta que a instabilidade regional pós-2011 se deve à instauração de uma hierarquia de poderes no Médio Oriente, a qual apresenta uma

multipolaridade política e ideológica – no topo encontram-se dois poderes favoráveis ao *status-quo* regional, a Arábia Saudita e Israel, e outros dois poderes contra-hegemónicos e revisionistas, o Irão e a Turquia. As alianças regionais que se formam neste período prendem-se com três motivações: segurança do regime; equilíbrio de poder face a ameaças; e fatores identitários.

De um modo geral, os conflitos no Iémen, Bahrain, Líbia e Síria tornaram-se campos de batalha entre os dois poderes regionais, com a finalidade de expandirem as respetivas esferas de influência (Mirza et al., 2021:1). Não obstante, a Arábia Saudita tem enfrentado dificuldades consideráveis em alcançar os objetivos a que se propõe nas atuações na Síria e no Iémen (Phillips, 2020:8).

Outra fonte de discórdia surgiu com as aberturas diplomáticas da Casa Branca ao Irão, durante a administração Obama, que causaram receios à Arábia Saudita. Riade opôs-se veementemente à assinatura do Plano de Ação Conjunto Global, em 2015, que estipula o acordo nuclear entre o então Presidente iraniano, Hassan Rouhani, e os cinco Estados-membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas – os Estados Unidos, a China, a Rússia, o Reino Unido e a França. O acordo prevê a manutenção das instalações nucleares iranianas, embora sujeitas a limites de produção, e um levantamento de algumas sanções económicas impostas pelo Ocidente a Teerão, a par da revogação da intitulação de “Estado vilão”. Todavia, a política externa norte-americana durante a presidência de Donald Trump marcou-se por uma inversão destes esforços, contribuindo para uma crescente escalada de tensão com a República Islâmica, demonstrada pela retirada do acordo nuclear em maio de 2018, a reposição de algumas sanções e o aprofundamento das relações bilaterais com a Arábia Saudita (Ghoble, 2019: 44; Hussain, 2015:35-38; Mabon et al., 2021:68; Mirza et al., 2021:6).

7.3. Iémen: Uma Guerra por Procuração?

Esta competição pela esfera de influência regional entre a Arábia Saudita e o Irão vem-se espelhar em conflitos domésticos regionais, que se desenrolam em Estados Falhados e que envolvem atores externos, tal como é o caso do Iémen (Ghoble, 2019:48; Mabon et al., 2021:66). A literatura divide-se acerca das considerações sobre o conflito iemenita constituir ou não uma guerra por procuração. Os *Houthis* negaram serem procuradores iranianos, embora admitam um limitado apoio de Teerão, sustentado na partilha do sentimento anti-americano (Kendall, 2017:3).

Autores como Pradhan (2020:3), Johnston et al. (2020) e Kaptan (2021:57) consideram que o conflito do Iémen constitui uma guerra por procuração entre a Arábia Saudita e o Irão, argumentando tratar-se de um conflito armado no qual operam dois poderes rivais e se estendem as respetivas disputas políticas, económicas e diplomáticas.

Para Karakir (2018:142-143), uma guerra por procuração requer que atores externos, estatais ou não-estatais, possuam capacidade de influenciar o comportamento dos atores domésticos que participam no conflito armado. O autor salienta que, no conflito iemenita, os *Houthis* não constituem um agente iraniano, uma vez que não são totalmente dependentes, nem controlados pelo Irão, argumentando que constituindo um grupo que emergiu com reivindicações políticas, económicas e sociais próprias, trata-se de uma força local e reforça que o conflito não emergiu da rivalidade iraniano-saudita, mas sim do cenário de caos político no Iémen. Considera ainda que numa guerra por procuração verifica-se um grau de igualdade no envolvimento de ambos os atores externos, o que não se aplica ao presente conflito – se a segurança e estabilidade do Iémen é uma prioridade para a Arábia Saudita, para o Irão, o apoio prestado aos *Houthis* é meramente marginal, demonstrando um maior compromisso nas operações conduzidas no Líbano, na Síria e no Iraque. Assim, Karakir (2018:125) defende ser pertinente afirmar que o envolvimento dos dois poderes no conflito agravou a situação do mesmo.

Juneau (2016:647) partilha da ideia de que os *Houthis* não constituem procuradores iranianos, uma vez que a influência de Teerão sob a atuação do grupo é bastante limitada e que se trata de um conflito doméstico que deriva de quezílias locais e domésticas. Al-Hamdani & Lackner (2020:20) referem que os *Houthis* formam uma parceria com o Irão num projeto militar que beneficia os interesses de ambos, mas acima de tudo, são atores iemenitas com objetivos próprios. Kendall (2017:4) defende que o crescimento político dos *Houthis* e a expansão da esfera de influência do Irão no Médio Oriente são duas variáveis concomitantes, pelo que com ou sem apoio iraniano aos *Houthis*, a estrutura do conflito iemenita seria a mesma.

De modo a concluir se a guerra civil no Iémen se trata ou não de uma guerra por procuração, importa recorrer à conceptualização do termo. Rauta (2018:453) identifica três atores fundamentais que compõem uma guerra por procuração: o Beneficiário, o Alvo e o Procurador. O Beneficiário consiste no Estado patrono, ou seja, o patrocinador do Procurador, a parte que providencia a intervenção militar indireta, de modo a infligir custos ao Alvo, que representa o adversário do Beneficiário. Johnston et al. (2020:11-13)

apresentam as relações entre o Beneficiário e o Procurador como parcerias estratégicas, nas quais ocorre um intercâmbio de interesses, através de “obrigações e benefícios mútuos” – tendencialmente, o Beneficiário vê cumpridos os seus interesses estratégicos, sem recorrer ao uso direto da força, enquanto o Procurador recebe apoios que lhe permite uma melhoria das capacidades políticas e militares.

Rauta (2021:12-16) defende que não existe uma definição universal de “guerra por procuração”, mas apresenta três fatores estruturais característicos. Em primeiro lugar, aponta o fator material, isto é, a provisão de assistência em termos financeiros, logísticos, de treinamento e/ou de partilha de *intelligence* ao Procurador, por parte de um ator externo. Em seguida, destaca o fator processual, que diz respeito à forma como este apoio é concedido, podendo envolver ou não um intermediário externo. Por fim, o fator relacional prende-se com o grau de relacionamento entre o Procurador e o Beneficiário, sendo este fator crucial para distinguir guerras por procuração de uma mera prestação de auxílio – descrita como o emprego de força militar em defesa de um outro Estado – ou alianças – que consistem em acordos oficiais assinados entre, pelo menos, dois Estados independentes, podendo estabelecer ou não a cooperação mútua em caso de conflito ou escalada de tensão. O processo relacional tendencialmente é indireto, caracterizado pela delegação de violência através de uma terceira parte, o Procurador.

Atendendo a esta conceptualização, é possível inferir que o conflito no Iémen consiste numa guerra por procuração entre o Irão e a Arábia Saudita, na qual o Beneficiário é representado pela República Islâmica que, através da concessão de apoio logístico e material indireto e informal aos *Houthis*, o Procurador, visa impor custos securitários e financeiros à Arábia Saudita, que consiste no Alvo. Perante este cenário, é adequado afirmar que a guerra do Iémen fez crescer as tensões entre ambos os poderes da região, acentuando-se a desconfiança mútua.

8. Cenários Prospetivos

Importa ter em consideração a catástrofe humanitária que se observa no Iémen, instigada pela carência de infraestruturas e a fraca autoridade central, mas que o presente conflito agravou. O bloqueio naval imposto pela coligação liderada pela Arábia Saudita de modo a travar o fornecimento externo de armas aos *Houthis* implicou repercussões humanitárias severas, dada a paralisação das importações de bens essenciais (Fink, 2017:292). Por outro lado, a degradação dos sistemas de saneamento básico, agricultura e saúde, em virtude dos bombardeamentos aéreos, vieram-se traduzir no aumento das taxas de mortalidade, da precariedade social, da insegurança alimentar, da subnutrição infantil e na proliferação de doenças, constituindo, assim, a maior crise humanitária à escala global. A cólera é um dos maiores desafios de saúde pública que o Iémen enfrenta, tendo em janeiro de 2020 sido registado um surto histórico, tendo sido contabilizados cerca de 2,3 milhões de casos. Em 2017, a economia iemenita contraiu para valores de metade de 2015, enquanto a taxa de pobreza se situou entre 62% e 78%, em 2016. A desvalorização do *ryial* iemenita e a inflação galopante acentuaram-se com os efeitos da pandemia de COVID-19, em 2020¹⁴ (Sowers & Weinthal, 2021:157-162; Votel et al., 2021:13). A guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, fez agravar a crise alimentar no Iémen, uma vez que aproximadamente 40% dos cereais consumidos provinham da Ucrânia e da Rússia, o que fez disparar o preço dos bens alimentares (Bahashwan, 2022).

De acordo com dados da ACLED, entre 1 de janeiro de 2015 e 12 de dezembro de 2021, o conflito provocou mais de 133 mil mortes (citado por Votel et al., 2021:11). A dificuldade na prestação de ajuda humanitária deve-se, em larga medida, à interferência dos *Houthis* nas operações internacionais destinadas ao Iémen (Votel et al., 2021:12). Perante o exposto, revela-se crucial alcançar uma resolução permanente do conflito e atenuar os efeitos da catástrofe humanitária na população iemenita.

8.1. Um Fim à Vista para uma Guerra Duradoura?

Os *Houthis* têm sido agentes ativos no processo de paz, promovido pelas Nações Unidas, que reconhecem o grupo como um parceiro fundamental nas negociações, conferindo-lhe um estatuto de legitimidade, amplamente negado pelo Presidente Mansur

¹⁴ No Iémen, mais de 80% dos bens alimentares, medicamentos e combustíveis são importados.

al-Hadi (Al-Hamdani & Lackner, 2020:22). As primeiras conversações mais longas e relevantes decorreram no Kuwait, em 2016, sob os auspícios da ONU, nas quais os *Houthis* propuseram a criação de um regime transicional através de um governo unitário e um conselho presidencial, enquanto o Presidente Hadi insistiu na reposição do governo conforme os parâmetros anteriores à ocupação de Sanaa (Johnston et al., 2020:75). O fracasso desta ronda de negociações levou a que discussões formais apenas fossem retomadas em dezembro de 2018, que culminaram na assinatura do Acordo de Estocolmo, que previa um cessar-fogo nos portos de al-Hodeidah, Salif e Ras Issa, embora tenha sido rapidamente violado por ambas as partes (Malley & Pomper, 2021; Pradhan, 2020:4-5). Atendendo ao elevado grau de resistência dos *Houthis*, um acordo de paz tem sido difícil de alcançar (Sharp, 2018:3).

O Presidente norte-americano Joe Biden tem repetidamente afirmado o compromisso de terminar a guerra do Iémen (Malley & Pomper, 2021). Avanços inéditos na construção da paz no Iémen foram alcançados em abril de 2022, propiciados pela assinatura de um acordo de trégua entre os *Houthis* e a Arábia Saudita, mediado pelas Nações Unidas, que teve como resultados imediatos o fim dos ataques transfronteiriços, a retoma dos voos comerciais no aeroporto de Sanaa e o levantamento de restrições no abastecimento do porto de al-Hodeidah – medidas reivindicadas pelos líderes do movimento (Salisbury & Weissenburger, 2022). Um dos efeitos da reabertura do porto de al-Hodeidah foi o abastecimento de mais de 720 mil toneladas de petróleo entre o início de abril e o final de julho, contrastando com as cerca de 470 mil toneladas que se registou em todo o ano de 2021 (Kirchner, 2022). Em junho, foram retomadas as conversações diretas entre os *Houthis* e os oficiais sauditas relativamente à segurança de longo termo. Todavia, ainda que a trégua e as negociações de Taíz constituam o maior esforço de resolução do conflito, não se trata de uma paz iminente. Para os *Houthis*, a paz no Iémen só será alcançada após a retirada definitiva de forças externas no território (Salisbury & Weissenburger, 2022). Os líderes do movimento têm mantido a ordem repressiva, o exercício da violência e o bloqueio da cidade de Taíz, que se prolonga desde 2016 (Kirchner, 2022).

A trégua, cuja duração inicial prevista era de dois meses, foi renovada em junho e novamente em agosto. Atualmente, a estabilização do Iémen e de toda a região do Golfo Pérsico é de maior interesse internacional, de modo a estimular o aumento de produção de petróleo, atendendo ao impacto global da guerra da Ucrânia nos preços dos combustíveis. As capacidades dos *Houthis* de atacar infraestruturas fundamentais no Mar

Vermelho e na região do Golfo representa um risco para o comércio internacional (Kirchner, 2022). A União Europeia pode contribuir para o término do conflito iemenita, através da expansão dos canais de contacto com os *Houthis*, da promoção das negociações formais e do aumento da ajuda humanitária (Al-Hamdani & Lackner, 2020:23-27).

Riade tem envidado esforços para terminar a guerra do Iémen, considerando os efeitos nefastos do conflito – estima-se que, entre março de 2015 e fevereiro de 2021, cerca de 860 mísseis e drones tenham sido lançados pelos *Houthis* contra o solo saudita (Guzansky & Shine, 2021:3). A reputação global da Arábia Saudita é particularmente afetada por conta das atrocidades resultantes da intervenção militar no Iémen, nomeadamente no impacto na mortalidade infantil, tendo sido adicionada pela ONU à lista negra de países acusados de violar os direitos das crianças (Parveen, 2018:137-138).

Porém, se a Arábia Saudita anunciar o fim da intervenção sem a restauração do governo reconhecido internacionalmente, não terá cumprido o objetivo proposto de salvaguardar a segurança na fronteira a Sul (Salisbury & Weissenburger, 2022). Considerando o insucesso da campanha militar para derrubar o movimento e estagnar a expansão da esfera de influência iraniana, associado às repercussões económicas, nomeadamente os custos elevados da intervenção e a quebra de confiança de investidores no Reino – derivada dos ataques de mísseis e drones levados a cabo pelos *Houthis* – Riade tem demonstrado uma inversão na estratégia. Em abril de 2022, ajudou a estabelecer um Conselho Presidencial no Iémen, cabendo-lhe a função de restaurar a soberania do Presidente Hadi (Kirchner, 2022).

Atendendo a esta conjuntura que se presencia, é possível inferir que o fim da campanha militar levada a cabo pela coligação liderada pela Arábia Saudita no Iémen possa vir a ser anunciado no curto-prazo. No entanto, a estabilização interna do Iémen permanece como uma realidade distante, não somente pela determinação dos *Houthis* em preservar e, eventualmente, expandir as áreas controladas – sendo prova disso a continuidade nos ataques internos, tendo inclusive o Comité Militar do Iémen suspenso as conversações de Amã, no seguimento de uma ofensiva militar em Taíz lançada pelos *Houthis* (Hatem, 2022) – mas também tendo presente a complexidade da sociedade iemenita e a atuação de diversos grupos e milícias. Em agosto de 2022, as fações do Conselho de Transição do Sul, apoiadas pelos Emirados Árabes Unidos, têm dificultado o processo de paz, opondo-se ao Conselho Presidencial estabelecido em abril, do qual não são parte integrante, tendo

algumas das milícias conduzido ataques nas províncias de Shabwa e Abyan (Reuters, 2022).

8.2. A Inserção dos *Houthis* na Sociedade Iemenita numa Realidade Pós-conflitual

Juneau (2021:16-17) defende que os *Houthis* só aceitarão a paz no Iémen se os seus interesses forem acautelados, nomeadamente a garantia de um papel de grande representatividade na política iemenita, e argumenta que o cenário mais provável no pós-conflito é a atuação dos *Houthis* paralela às instituições oficiais do governo.

O facto de continuarem a deter o controlo de Sanaa simboliza uma vitória e uma posição resiliente e consolidada do movimento, sendo plausível que venha a ser negociado e alcançado um compromisso político para uma partilha de poderes entre o Presidente Hadi e os *Houthis*, no qual detenham uma forte influência na política interna e externa do Iémen. A ser concretizado este cenário, é expectável que o grupo armado continue a atuar como uma organização política paralela, à semelhança do *Hezbollah* após a guerra do Líbano de 2006, travada com Israel (Johnston et al., 2020:82).

8.3. A Ordem Regional e as Relações Bilaterais entre Riade e Teerão

Em outubro de 2018, o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, anunciou a Visão 2030 do Reino, na qual afirma a pretensão de transformar a região do Médio Oriente numa “nova Europa”. A concretização deste objetivo político e socioeconómico requer, essencialmente, um afastamento da Arábia Saudita de todos os conflitos, um investimento financeiro considerável e uma mudança do *status-quo* regional¹⁵ (Mabon et al., 2021:70).

Reduzir as tensões e criar estabilidade no Médio Oriente é uma necessidade urgente para melhorar as condições socioeconómicas domésticas e regionais e a reputação global da Arábia Saudita e do Irão, devendo o processo de paz incidir na criação de novos investimentos e de oportunidades financeiras. O petróleo, que tem sido utilizado como uma ferramenta na rivalidade iraniano-saudita, é um excelente exemplo do enorme potencial económico que pode ser alcançado através da reconciliação e da cooperação,

¹⁵ A implementação da Visão 2030 promete uma liberalização socioeconómica na Arábia Saudita, sendo a abertura social alvo de críticas internas, nomeadamente por parte das franjas extremistas e conservadoras.

uma vez que cerca de 35% das reservas mundiais de petróleo se encontram nos dois países (Mabon et al.,2021:71-72).

No seguimento da tomada de posse do Presidente norte-americano Joe Biden, em janeiro de 2021, iniciou-se uma nova fase de diálogo entre os Estados Unidos e o Irão, atendendo às pretensões da nova administração no regresso ao acordo nuclear e às críticas tecidas por Biden à Arábia Saudita. Em virtude deste reposicionamento de Washington, verificaram-se alguns ajustes na política externa saudita, destacando-se a reconciliação com o Qatar, em março de 2021; a oferta aos *Houthis* de um cessar-fogo no Iémen; e o início de conversações formais com o Irão (Guzansky & Shine, 2021:1-2). Após uma década marcada por hostilidades severas, o príncipe herdeiro saudita tem gradualmente abandonado a atitude de confronto face ao Irão, considerando a existência de razões pragmáticas para se enveredar por uma melhoria das relações bilaterais (Mabon et al., 2021:66,68). Contrariamente à posição tomada em 2015, Riade manifesta vontade de integrar as conversações relativas ao acordo nuclear com Teerão (Guzansky & Shine, 2021:2).

Da parte do Irão também têm sido observados esforços para uma melhoria das relações com a Arábia Saudita e para a estabilização regional. Em setembro de 2019, o Presidente Hassan Rouhani, na 74ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, declarou que o investimento na paz é crucial para um futuro próspero. A Iniciativa de Paz de Hormuz é uma das estratégias iranianas para providenciar a segurança no Médio Oriente, à qual o Qatar, o Kuwait, o Iraque, os Emirados Árabes Unidos e o Omã responderam de forma positiva¹⁶. Para a República Islâmica, a colaboração regional tem como principal finalidade amenizar o impacto das sanções económicas impostas pelo Ocidente (Mabon et al., 2021:74-75).

Contrariamente à administração Rouhani, que enveredou por uma redução dos laços diplomáticos com os Estados árabes e enfatizou as relações com os Estados Unidos da América e os Estados europeus, o novo Presidente Ebrahim Raisi, eleito em 2021, apresenta uma oportunidade de melhorar os laços regionais com os países vizinhos, afirmando uma vontade de restabelecer as relações diplomáticas com a Arábia Saudita. Esta ênfase na cooperação regional por parte do Irão tem como principal finalidade a melhoria da situação económica do Irão. Raisi subiu ao poder num período conturbado

¹⁶ O Estreito de Hormuz é um *hub* fundamental nas exportações de recursos energéticos, entregando cerca de 40% do petróleo e do gás natural para os mercados globais.

para a República Islâmica, em que se impõem desafios internos, sobressaindo-se a estagnação económica e as demandas civis para uma reforma social e uma abertura nos direitos e liberdades. O Presidente tem reforçado que um aumento do fluxo comercial com a Arábia Saudita e a cooperação no domínio da energia melhorará as condições socioeconómicas do Médio Oriente e trará benefícios à segurança regional. Desde abril de 2021, já decorreram cinco rondas de negociações para uma reconciliação e o restabelecimento de relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irão, mediadas pelo Iraque (Mabon et al., 2021:75-78; Saleh, 2022; Tehran Times, 2022). Ainda que a confiança mútua entre ambos os poderes regionais ainda seja um longo caminho a percorrer, estas conversações constituem desenvolvimentos positivos (Al-Aloosy, 2022).

O atual Presidente iraniano tem, de igual modo, seguido uma inclinação para uma fortificação das relações iranianas com a Rússia e a China – tendo adquirido o estatuto de membro permanente na Organização para a Cooperação de Xangai – e uma exploração das tensões entre estes dois poderes e o Ocidente, como forma de alavancar a posição política e económica de Teerão, o que lhe permitirá robustecer a esfera de influência e prejudicar a hegemonia norte-americana no Médio Oriente. Neste sentido, paira uma incerteza quanto ao futuro do acordo nuclear (Saleh, 2022). Perante o exposto, é expectável que se venha a assistir a uma reconciliação e cooperação iraniano-saudita, embora permaneça uma divergência quanto ao posicionamento de cada parte no sistema internacional – a Arábia Saudita e o alinhamento aos Estados Unidos, enquanto o Irão desenvolve uma maior proximidade com a Rússia e a China.

9. Conclusão

A presente Dissertação debruçou-se numa análise do conflito no Iémen, travado entre o movimento *Houthi* e o governo central reconhecido internacionalmente, presidido por Abd Mansur al-Hadi, procurando explicar os efeitos desta confrontação na ordem geopolítica do Médio Oriente, com um especial enfoque nas relações entre a Arábia Saudita e o Irão, no período temporal entre 2015 e 2021. A investigação alicerçou-se na Teoria do Neorrealismo de Kenneth Waltz e nos conceitos-chave de Geopolítica, enquanto disciplina que estuda as interações políticas decorrentes de interesses geográficos e estratégicos; Ator Não-Estatal, aplicado ao movimento *Houthi*; Estado Falhado, em alusão ao Estado iemenita; e Conflito Armado, enquanto interação violenta entre um Estado e um grupo armado. Recorreu-se a uma metodologia interpretativista, com base numa recolha de dados qualitativos.

Primeiramente, procurou compreender-se a composição do movimento *Houthi* e respetivos objetivos e lógica de atuação. Constituem um grupo de oposição emergido no início da década de 2000, na província de Saada, cujo *modus operandi* era inicialmente orientado pelas demandas de um maior desenvolvimento socioeconómico da região e de um maior reconhecimento dos direitos da comunidade religiosa *zaydita* (Al-Hamdani & Lackner, 2020:5). A agenda do movimento expandiu-se no período após a Primavera Árabe, ao adquirirem uma maior relevância na ordem interna enquanto ator não-estatal, tendo participado na Conferência do Diálogo Nacional, decorrida entre 2013 e 2014, enquadrada no governo de transição que vigorava na época. A ocupação de Sanaa, em setembro de 2014, clarificou a pretensão dos *Houthis* em adquirir controlo sobre partes do território iemenita e obter um papel de destaque no processo de tomada de decisão central. No início de 2015, ao avançarem na expansão territorial e estabelecerem uma política altamente repressiva nas áreas que controlam, o Presidente Abd Mansur al-Hadi requisitou ajuda à comunidade internacional, o que deu azo à edificação de uma coligação de países da região, liderada pela Arábia Saudita, apoiada diplomaticamente pelos Estados Unidos da América durante os mandatos presidenciais de Barack Obama e Donald Trump (Hokayem & Roberts, 2016:161-162; Al-Hamdani & Lackner, 2020:9).

A coligação iniciou uma intervenção militar no Iémen em 26 de março de 2015, afirmando os objetivos de derrotar os *Houthis* e restaurar a soberania de Mansur al-Hadi. A campanha recorreu a vigorosos bombardeamentos aéreos e bloqueios navais e aéreos.

Para a Arábia Saudita o maior interesse nestas operações reside essencialmente na salvaguarda da integridade territorial das fronteiras do Reino, mas também numa lógica de contenção da esfera de influência do Irão (Darwich, 2020:104-107; Karakir, 2018:130).

Todavia, os ataques empreendidos com recurso a drones e mísseis balísticos de curto e médio alcance no território saudita, pelas forças *houthis* a partir de 2016, sugerem a providência de auxílio material e logístico ao *Ansar Allah* pela República Islâmica, ainda que este apoio não seja admitido publicamente por nenhuma das partes (Brehony, 2020:513-514; Esfandiary & Tabatabai, 2016:156; Juneau, 2016:658-661; Al-Hamdani & Lackner, 2020:20). Os *Houthis* detêm, também, uma parceria estratégica com o *Hezbollah*, materializada através da concessão de apoio tático, mediante treino e aconselhamento, e sobretudo pela transmissão a partir de Beirute do canal *Al-Masirah*, que difunde a propaganda do movimento iemenita (Juneau, 2021:9).

Deste modo, a rivalidade entre o Irão e a Arábia Saudita encontra-se refletida neste conflito armado não-internacional. Este antagonismo incide numa competição estratégica sobre o estatuto de potência hegemónica regional e na disputa ideológica pela liderança do mundo islâmico, confrontando-se o *wahhabismo* e o *shiismo*, duas correntes opostas do Islão. As tensões entre os dois poderes regionais acentuaram-se no seguimento da Primavera Árabe, tendo o Irão apoiado politicamente os movimentos de oposição aos regimes árabes pró-ocidentais (Litvak, 2017:49-52).

Perante o exposto, defendemos que o principal efeito do conflito no Iémen na geopolítica do Médio Oriente consistiu no robustecimento da polarização regional, através da formação de blocos de alianças, o que se coaduna com a ideia de Waltz (1979:166) de que, num sistema internacional anárquico, o equilíbrio de poder é impreterível para a salvaguarda securitária. Com efeito, os países árabes que formam a coligação liderada pela Arábia Saudita procuram conter a instabilidade regional que pode emergir do Iémen e travar a expansão da esfera de influência do Irão (Hokayem & Roberts, 2016:161-164). Em contrapartida, ambicionando o domínio político sobre os demais Estados (Waltz, 1979:118), a prestação de apoio a grupos insurgentes e movimentos armados por parte do Irão tem por base a prossecução de objetivos geoestratégicos, no contexto da oposição ao *status-quo* regional, onde prevalece o domínio saudita e norte-americano (Juneau, 2021:2).

Particularmente nas relações iraniano-sauditas, o conflito teve como impacto o estabelecimento de uma guerra por procuração, na qual o Irão representa o Beneficiário, tendo desenvolvido um vínculo com os *Houthis*, o Procurador, fornecendo-lhes capacidades estratégicas de modo a incutir custos securitários e financeiros à Arábia Saudita, o Alvo. As dinâmicas de procuração tornaram-se notórias após o rompimento diplomático em 2016 e o início das incursões transfronteiriças levadas a cabo pelos *Houthis* (Al-Aloosy, 2022). Neste sentido, acentuaram-se a desconfiança mútua e o dilema securitário na relação bilateral entre Riade e Teerão (Alzawahreh, 2021:32). Através da participação indireta no conflito, o Irão cumpriu o objetivo proposto de impor prejuízos à Arábia Saudita, enquanto para Riade o insucesso da campanha representa uma humilhação e um prejuízo financeiro (Al-Hamdani & Lackner, 2020:20; Kendall, 2017:4)

Um acordo de trégua assinado em abril de 2022, entre os *Houthis* e a Arábia Saudita, resultou no anúncio de um cessar-fogo por parte das forças da coligação, acompanhado de uma reabertura do aeroporto de Sanaa e do porto marítimo de al-Hodeidah e da retoma de conversações formais em torno de um acordo de paz (Salisbury & Weissenburger, 2022). Atendendo aos efeitos nefastos do conflito na economia e na reputação mundial do Reino, a Casa de al-Saud tem empreendido esforços para terminar esta guerra (Guzansky & Shine, 2021:3; Parveen, 2018:137). É expectável que o fim da campanha militar por parte das forças da coligação liderada pela Arábia Saudita venha a ocorrer no curto-prazo, pese embora a estabilização interna do Iémen seja improvável no médio-prazo, atendendo à continuidade do exercício da violência e da repressão pelos *Houthis* nas áreas que controlam, mas também considerando a multiplicidade de atores não-estatais e milícias separatistas com capacidade de conduzir ações violentas (Hatem, 2022; Reuters, 2022). O cenário mais verosímil de inserção dos *Houthis* na sociedade iemenita após o conflito é a partilha de poderes com a presidência de Mansur al-Hadi e uma atuação paralela às instituições oficiais de governação (Juneau, 2021:16-17; Johnston et al., 2020:82).

Relativamente ao futuro das relações bilaterais entre a Arábia Saudita e o Irão, desde 2021 tem sido evidenciada uma mudança de paradigma, no seguimento da nova administração iraniana de Ebrahim Raisi, que tem desenvolvido uma política externa de cooperação com os países árabes, sendo a reconciliação com Riade uma prioridade. Esta inversão na agenda de Teerão prende-se com questões de interesse nacional em alavancar a economia, prejudicada pelas sanções impostas pela Casa Branca em virtude do

programa nuclear iraniano, mas também tendo em vista a prossecução da estabilização e salvaguarda securitária regional. A Arábia Saudita, de igual modo, no âmbito da Visão 2030 e o objetivo de desenvolver o Médio Oriente e transformar a região na “nova Europa”, procura reduzir as tensões e estabelecer uma cooperação económica e energética com o Irão (Mabon et al., 2021:70-78).

10. Referências Bibliográficas

- Al-Aloosy, M. (18 de maio de 2022). *Saudi-Iranian Negotiations: Managing the Conflict and Gauging Broader Regional Impact*. The Arab Gulf States Institute in Washington. Disponível em: <https://agsiw.org/saudi-iranian-negotiations-managing-the-conflict-and-gauging-broader-regional-impact/> (consultado em 30/08/2022).
- Al-Hamdani, R.; Lackner, H. (2020). Talking to the *Houthis*: How can Europeans Promote Peace in Yemen. *European Council on Foreign Relations – Policy Brief*, 1-31. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep26436> (consultado em 23/03/2022).
- Alzawahreh, A. S. (2021). Prisoner’s Dilemma Theory in International Relations: A Theoretical and Pratical Study on Saudi-Iranian Relations. *Canadian Social Science*, 17(5), 30-34. Disponível em: <http://www.flr-journal.org/index.php/css/article/viewFile/12291/12042> (consultado em 21/03/2022).
- Amiri, S.; Mirzaei, M. M. (2021). Iran-Yemen Relations and its Geopolitical Crisis. *International Relations and Diplomacy*, 9(9), 382-403. Disponível em: <http://www.davidpublisher.com/Public/uploads/Contribute/62144490cb718.pdf> (consultado em 01/04/2022).
- Bahashwan, F. (20 de junho de 2022). The Impact of the Russian-Ukrainian War on Yemen. *Wilson Center*. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/impact-russian-ukrainian-war-yemen> (consultado em 31/08/2022).
- Brehony, N. (2020). War in Yemen: No end in sight as the state disintegrates. *Asian Affairs*, 51(3), 510-527. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03068374.2020.1812263> (consultado em 02/11/2021).
- Brzezinski, Z. (1997). *The Grand Chessboard – American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Basic Books (consultado em 01/02/2022).
- Centanni, E.; Djukic, D. (2022); *Yemen Control Map & Report: Truce Pauses Fighting – April 2022* [Mapa ilustrativo sobre a divisão do controlo das regiões do Iémen].

PolGeoNow. Disponível em: <https://www.polgeonow.com/2022/04/yemen-civil-war-map-2022.html> (consultado em 20/09/2022).

Clausen, M. L. (2018). Competing for Control over the State: The Case of Yemen. *Small Wars and Insurgencies*, 29(3), 560-578. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592318.2018.1455792> (consultado em 20/10/2021).

Clausen, M. L. (2019). Justifying military intervention: Yemen as a failed state. *Third World Quarterly*, 40(3), 488-502. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2019.1573141> (consultado em 31/10/2021).

Cohen, S. B. (2015). *Geopolitics – The Geography of International Relations* (3ª ed.). Rowman & Littlefield. Disponível em: https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/1130726/mod_resource/content/1/Geopolitics%20The%20Geography%20of%20International%20Relations%20by%20Saul%20Bernard%20Cohen.pdf (consultado em 31/01/2022).

Conselho de Segurança da ONU (14 de abril de 2015). Resolução 2216. Disponível em: <https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2016/13/aviso16.asp#2216> (consultado em 17/08/2022).

Darwich, M. (2020). Escalation in Failed Military Interventions: Saudi and Emirati Quagmires in Yemen. *Global Policy*, 11(1), 103-112. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1758-5899.12781> (consultado em 10/11/2021).

Donnelly, J. (2013). Realism. In S. Burchill & A. Linklater (Eds.), *Theories of International Relations* (5ª ed., pp. 32-56). Palgrave Macmillan (consultado em 02/02/2022).

Dunne, T.; Kurki, M.; Smith, S. (2013). *International Relations Theories – Discipline and Diversity* (3ª ed.). Oxford University Press (consultado em 01/03/2022).

Durac, V. (2015). The Role of Non-State Actors in Arab Countries after the Arab Uprisings. *Crisis and New Agenda of the Arab States – IEMed Mediterranean Yearbook 2015*, 37-41. Disponível em: <https://www.iemed.org/wp-content/uploads/2021/01/The-Role-of-Non-State-Actors-in-Arab-Countries-after-the-Arab-Uprisings.pdf> (consultado em 27/01/2022).

- Esfandiary, D.; Tabatabai, A. (2016). Yemen: An Opportunity for Iran-Saudi Dialogue? *The Washington Quarterly*, 39(2), 155-174. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0163660X.2016.1204415> (consultado em 26/10/2021).
- Fink, M. D. (2017). Naval Blockade and the Humanitarian Crisis in Yemen. *Netherlands International Law Review*, 64, 291-307. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40802-017-0092-3> (consultado em 11/11/2021).
- Fragile States Index (2022). *Fragile States Index – Annual Report 2022*. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/2022/07/13/fragile-states-index-2022-annual-report/> (consultado em 11/08/2022).
- Ghoble, V. T. (2019). Saudi Arabia-Iran Contention and the Role of Foreign Actors. *Strategic Analysis*, 43(1), 42-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09700161.2019.1573772> (consultado em 25/03/2022).
- Gul, A.; Abbasi, R. K.; Haider, S. A. (2021). Iran and Saudi Arabia's Strategic Rivalry and the Middle Eastern Security: An Assessment. *Liberal Arts & Social Sciences International Journal*, 5(2), 17-29. Disponível em: <https://doi.org/10.47264/idea.lassij/5.2.2> (consultado em 28/03/2022).
- Guzaknsy, Y.; Shine, S. (2021). Saudi-Iranian Dialogue: Toward a Strategic Change? *Institute for National Security Studies Insight – No. 1464*, 1-4. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep33858> (consultado em 25/03/2022).
- Hatem, F.; Cazes, B.; Roubelat, F. (1993). *La Prospective – Pratiques et Méthodes*. Collection Gestion, Ed. Economica (consultado em 25/02/2022).
- Hatem, M. (29 de agosto de 2022). *Yemen's Military Committee Suspends Talks with Houthi Rebels*. Bloomberg. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-08-29/yemen-s-military-committee-suspends-talks-with-houthi-rebels> (consultado em 30/08/2022).
- Helman, G. B.; Ratner, S. R. (1993). Saving Failed States. *Foreign Policy*, (89), 3-20. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1149070> (consultado em 30/01/2022).
- Hokayem, E.; Roberts D. B. (2016). The War in Yemen. *Survival*, 58(6), 157-186. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2016.1257202> (consultado em 30/10/2021).

- Hussain, N. (2015). US-Iran Relations: Issues, Challenges and Prospects. *Policy Perspectives*, 12(2), 29-47. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.13169/polipers.12.2.0029> (consultado em 21/04/2022).
- Johnson, J. B.; Reynold, H. T.; Mycoff, J. D. (2016). *Political Science Research Methods* (8ª ed.). CQ Press, SAGE Publications Inc (consultado em 01/02/2022).
- Johnston, T.; Lane, M.; Casey, A.; Williams, H. J.; Rhoades, A. L.; Sladden, J.; Vest, N.; Reimer, J. R.; Haberman, R. (2020). *Could the Houthis Be the Next Hizballah? – Iranian Proxy Development in Yemen and the Future of the Houthi Movement*. RAND Corporation. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1106103.pdf> (consultado em 29/11/2021).
- Josselin, D.; Wallace, W. (2001). *Non-State Actors in World Politics*. Palgrave. Disponível em: https://2019.qmplus.qmul.ac.uk/pluginfile.php/1609323/mod_resource/content/1/Josselin-2001-4870.pdf#page=15 (consultado em 27/01/2022).
- Júlia, P. (2020). *Interstate Rivals' Intervention in Third Party Civil Wars: The Comparative Case of Saudi Arabia and Iran in Yemen (2004-2018)* [Dissertação de Doutoramento, Corvinus University of Budapest]. Disponível em: http://phd.lib.uni-corvinus.hu/1122/1/Palik_Julia_den.pdf (consultado em 29/04/2022).
- Juneau, T. (2016). Iran's policy towards the *Houthis* in Yemen: a limited return on a modest investment. *International Affairs*, 92(3), 647-663. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12599> (consultado em 27/10/2021).
- Juneau, T. (2020). The UAE and the War in Yemen: From Surge to Recalibration. *Survival*, 62(4), 183-208. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2020.1792135> (consultado em 02/11/2021).
- Juneau, T. (2021). How War in Yemen Transformed the Iran-*Houthi* Partnership. *Studies in Conflict & Terrorism*, 44(12), 1-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2021.1954353> (consultado em 30/10/2021).

- Kadri, J. (2020). The Geopolitics of the Yemen War during the Corona Pandemic: An Althusserian Approach. *Contemporary Arab Affairs*, 13(4), 24-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/caa.2020.13.4.24> (consultado em 22/03/2022).
- Kadri, J. (2021). The Collapse of Yemen's Sovereignty by Permanent Violence: A Means of Both Production and Consumption of Value. *Arab Studies Quarterly*, 43(2), 98-120. Disponível em: <https://doi.org/10.13169/arabstudquar.43.2.0098> (consultado em 29/11/2021).
- Kamrava, M. (2018). Hierarchy and Instability in the Middle East Regional Order. *International Studies Journal*, 14(4), 1-35. Disponível em: https://www.isjq.ir/article_89791_b0892459a65399d28e290b7a0ce8943f.pdf (consultado em 23/08/2022).
- Kaptan, D. (2021). The Unending War in Yemen: An Examination of the Unnatural Balance of Power between Saudi Arabia and Iran. *Contemporary Challenges*, 2, 55-79. Disponível em: <http://journals.ed.ac.uk/Contemporary-Challenges/article/view/5414/8768> (consultado em 28/03/2022).
- Karakir, I. A. (2018). Ongoing Conflict in Yemen: A Proxy War? *TESAM Akademi Dergisi – Turkish Journal of TESAM Academy*, 5(2), 121-149. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/528413> (consultado em 05/05/2022).
- Kendall, E. (2017). Iran's Fingerprints in Yemen: Real or Imagined? *Atlantic Council – Issue Brief*, 1-11. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/resrep16801?seq=1#metadata_info_tab_contents (consultado em 30/04/2022).
- Kirchner, M. (15 de agosto de 2022). *Can the third time be the charm for Yemen?* IPS. Disponível em: <https://www.ips-journal.eu/topics/foreign-and-security-policy/can-the-third-time-be-the-charm-for-yemen-6125/> (consultado em 30/08/2022).
- Litvak, M. (2017). Iran and Saudi Arabia: Religious and Strategic Rivalry. In J. Teitelbaum (Ed.); *Saudi Arabia, the Gulf, and the New Regional Landscape* (pp. 49-54), The Begin-Sadat Center for Strategic Studies – Mideast Security and Policy Studies, (133). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep04754.10> (consultado em 25/03/2022).

- Mabon, S.; Nasirzadeh, S.; Alrefai, E. (2021). De-securitisation and Pragmatism in the Persian Gulf: The Future of Saudi-Iranian Relations. *The International Spectator*, 56(4), 66-83. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03932729.2021.1989183> (consultado em 30/04/2022).
- Malley, R.; Pomper, S. (2021). Accomplice to Carnage: How America Enables War in Yemen. *Foreign Affairs*, 100(2), 73-88. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-02-09/how-america-enables-war-yemen> (consultado em 24/03/2022).
- Mirza, M. N.; Abbas, H.; Qaisrani, I. H. (2021). Structural Sources of Saudi-Iran Rivalry and Competition for the Sphere of Influence. *SAGE Open*, 11(3), 1-9. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/21582440211032642> (consultado em 30/04/2022).
- Munteanu, R. (2015). Saudi Arabia, Iran and the Geopolitical Game in Yemen. *Research and Science Today*, 10(2), 57-62. Disponível em: <https://www.rstjournal.com/wp-content/uploads/mdocs/07.%20Razvan%20Munteanu%20-%20SAUDI%20ARABIA,%20IRAN%20AND%20THE%20GEOPOLITICAL%20GAME%20IN%20YEMEN.pdf> (consultado em 25/03/2022).
- Parveen, A. (2018). The Yemen Conflict: Domestic and Regional Dynamics. In S. Singh (Ed.), *West Asia in Transition – Volume II* (pp. 130-148). Delhi Policy Group, Institute for Defence Studies & Analyses New Delhi, Pentagon Press. Disponível em: <https://www.idsa.in/system/files/book/book-west-asia-2017.pdf#page=147> (consultado em 04/05/2022).
- Perestrelo, M. (2002). Planeamento Estratégico e Avaliação – Metodologias de Análise Prospectiva. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (4), 33-43 (consultado em 26/02/2022).
- Phillips, C. (2020). Rivalry Amid Systemic Change: Iranian and Saudi Competition in the post-American Middle East. In POMEPS Studies 38 (Ed.), *Sectarianism and International Relations* (pp. 7-11). SEPAD. Disponível em: https://pomeps.org/wp-content/uploads/2020/03/POMEPS_Studies_38_Web.pdf#page=8 (consultado em 23/08/2022).

- Popp, R. (2015). War in Yemen: Revolution and Saudi Intervention. *CSS Analyses in Security Policy*, (175), 1-4. Disponível em: <https://doi.org/10.3929/ethz-a-010681857> (consultado em 30/10/2021).
- Porta, D.; Keating, M. (2008). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences – A Pluralist Perspective*. Cambridge University Press. Disponível em: [https://www.hse.ru/data/2012/11/03/1249193115/Donatella Della Porta Michael Keating Approa.pdf](https://www.hse.ru/data/2012/11/03/1249193115/Donatella_Della_Porta_Michael_Keating_Approa.pdf) (consultado em 01/02/2022).
- Pradhan, P. K. (2020). Five Years of Military Intervention in Yemen: An Assessment. *Strategic Analysis*, 1-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09700161.2020.1787685> (consultado em 24/11/2021).
- Rauta, V. (2018). A structural-relational analysis of party dynamics in proxy wars. *International Relations*, 32(4), 449-467. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047117818802436> (consultado em 24/08/2022).
- Rauta, V. (2021). “Proxy War” – A Reconceptualisation. *Civil Wars*, 23(1), 1-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13698249.2021.1860578> (consultado em 24/08/2022).
- Reuters (23 de agosto de 2022). *Yemeni southern separatists launch military campaign in Abyan*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/yemeni-southern-separatists-launch-military-campaign-abyan-2022-08-23/> (consultado em 29/08/2022).
- Rotberg, R. I. (2003). Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators. *Brookings Institution Press, World Peace Foundation*, 1-25. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/statefailureandstateweaknessinatimeofterror_chapter.pdf (consultado em 30/01/2022).
- Saleh, A. (21 de agosto de 2022). *One Year On: Iran Since President Raisi*. Aljazeera Centre for Studies. Disponível em: <https://studies.aljazeera.net/en/analyses/one-year-iran-president-raisi> (consultado em 16/09/2022).
- Salisbury, P. (2015). Yemen and the Saudi-Iranian “Cold War”. *Middle East and North Africa Programme, Chatham House – The Royal Institute of International Affairs*,

- 1-13. Disponível em:
https://cdn.mashreghnews.ir/old/files/fa/news/1393/12/10/924869_652.pdf
(consultado em 01/04/2022).
- Salisbury, P.; Weissenburger, A. (28 de junho de 2022). *The Surprising Success of the Truce in Yemen – Building on Diplomacy Requires Decoding the Houthis*. Foreign Affairs. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/yemen/2022-06-28/surprising-success-truce-yemen> (consultado em 28/06/2022).
- Sharp, J. M. (2018). Yemen: Civil War and Regional Intervention. *Congressional Research Service*, 1-16. Disponível em:
https://www.youthlead.org/sites/default/files/YouthLead/files/resources/Yemen_Civil_War_and_Regional_Interventio.pdf (consultado em 24/11/2021).
- Sowers, J. L.; Weinthal, E. (2021). Humanitarian challenges and the targeting of civilian infrastructures in the Yemen war. *International Affairs*, 97(1), 157-177. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iaa166> (consultado em 24/11/2021).
- Stenslie, S. (2015). “Decisive Storm”: Saudi Arabia’s attack on the Houthis in Yemen. *Norwegian Peacebuilding Resource Center, Expert Analysis*, 1-4. Disponível em:
<https://www.files.ethz.ch/isn/191021/fdae163be3c9b498ae792fb7bd161c81.pdf>
(consultado em 29/10/2021).
- Supreme Political Council (2019). *National Vision for the Modern Yemeni State*. Disponível em:
<https://yemenvision.gov.ye/upload/National%20Vision%20For%20The%20Modern%20Yemeni%20State.pdf> (consultado em 17/08/2022).
- Tehran Times (30 de agosto de 2022). *Raisi says region will benefit from restoration of Terhran-Riyadh ties*. Disponível em:
<https://www.tehrantimes.com/news/476245/Raisi-says-region-will-benefit-from-restoration-of-Tehran-Riyadh> (consultado em 30/08/2022).
- Terrill, A. (2014). Iranian Involvement in Yemen. *Foreign Policy Research Institute*, 58(3), 429-440. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2014.05.008>
(consultado em 26/10/2021).

United Nations Peacemaker (21 de setembro de 2014). *The Peace and National Partnership Agreement*. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/YE_140921_PeaceNationalPartnershipAgreement_en.pdf (consultado em 17/08/2022).

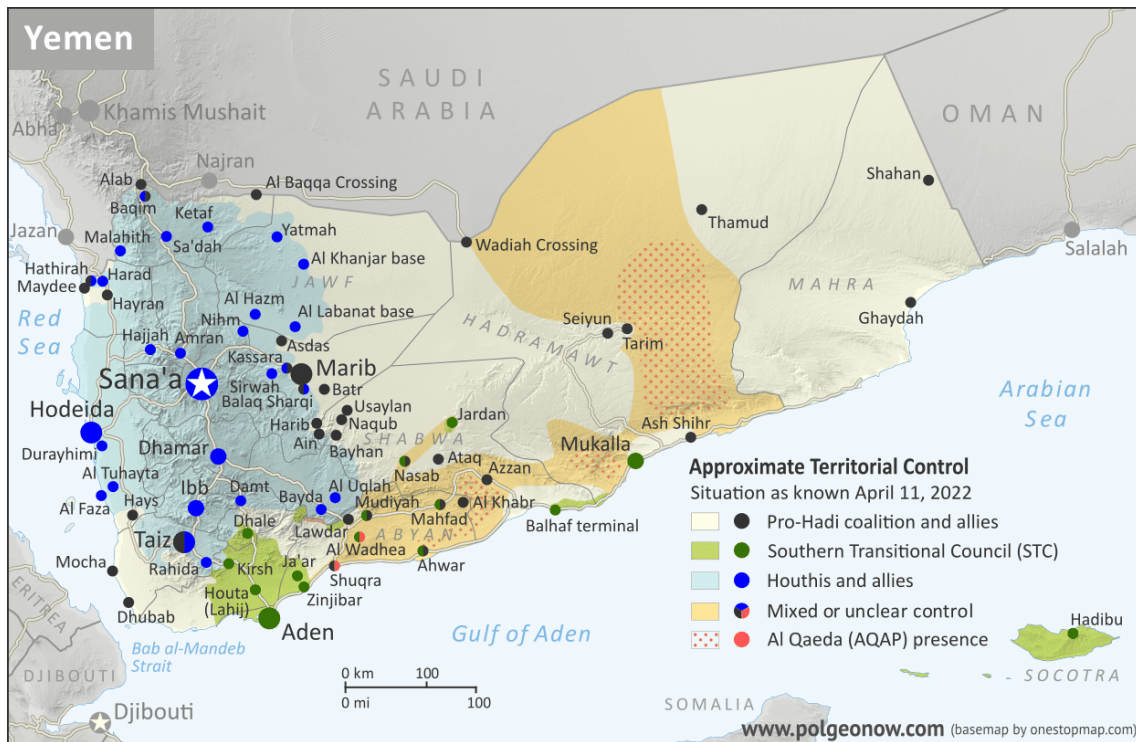
Vité, S. (2009). Typology of Armed Conflicts in International Humanitarian Law: Legal Concepts and Actual Situations. *International Review of the Red Cross*, 91(873), 69-94. Disponível em: <https://international-review.icrc.org/articles/typology-armed-conflicts-international-humanitarian-law-legal-concepts-and-actual> (consultado em 28/01/2022).

Votel, J.; Shibani, B.; Harden, R. D.; Sultan, O. (2021). The Implications of Designation of *Houthis* as a Foreign Terrorist Organization? *Horizon Insights – Quarterly Journal by Beyond the Horizon ISSG*, 4(1), 11-18. Disponível em: <https://www.baltdefcol.org/files/files/publications/Horizon-Insights-2021-1.pdf#page=15> (consultado em 26/10/2021).

Wagner, M. (2009). Non-State Actors. *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, Oxford University Press, 1-9. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2661832 (consultado em 27/01/2022).

Waltz, K. N. (1979). *Theory of International Politics*. Addison-Wesley Publishing Company (consultado em 25/02/2022).

11. Anexos



Anexo 1 – A divisão do controlo das regiões do Iémen (Fonte: Centanni & Djukic, 2022, PolGeoNow, <https://www.polgeonow.com/2022/04/yemen-civil-war-map-2022.html>).



Anexo 2 – A região do Golfo Pérsico.



Anexo 3 – O Estreito de Bab-el-Mandeb.